



PANORAMA MACROECONÓMICO

IVº Trimestre de 2018

Índice

| | |
|----------------------------------|---------|
| ▪ Sumário executivo | Pág. 1 |
| ▪ 1. Contexto Internacional | Pág. 1 |
| ▪ 2. Economia Real | Pág. 2 |
| 2.1. Sector Petrolífero | Pág. 3 |
| 2.1. Sector não-Petrolífero | Pág. 4 |
| ▪ 3. Finanças Públicas | Pág. 5 |
| ▪ 4. Inflação | Pág. 7 |
| ▪ 5. Indicadores Monetários | Pág. 8 |
| ▪ 6. Política Monetária | Pág. 9 |
| ▪ 7. Mercado Monetário | Pág. 10 |
| ▪ 8. Sector Externo | Pág. 11 |
| ▪ 9. Mercado Cambial | Pág. 12 |
| ▪ 10. Mercado de Capitais | Pág. 13 |
| ▪ 11. Sector Bancário | Pág. 14 |
| ▪ 12. Indicadores Sociais | Pág. 15 |
| ▪ 13. Ambiente de Negócios | Pág. 16 |
| ▪ 14. Outras Economias Africanas | Pág. 17 |
| ▪ 15. Anexos | Pág. 18 |
| ▪ 16. Outras Publicações | Pág. 22 |
| ▪ 17. Contactos | Pág. 23 |



Siglas e Abreviaturas

- BM - Banco Mundial
- BNA - Banco Nacional de Angola
- BP - Balança de Pagamentos
- BT - Bilhetes do Tesouro
- CPM - Comité de Política Monetária
- EUA - Estados Unidos da América
- Fed - Reserva Federal norte-americana
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- ICE - Índice de Clima Económico
- IDE - Investimento Directo Estrangeiro
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPCN - Índice de Preços no Consumidor Nacional
- IPI - Índice de Produção Industrial
- MINFIN - Ministério das Finanças
- MPME - Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- OGE - Orçamento Geral do Estado
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- OT - Obrigações do Tesouro
- ODS - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
- O/N - Overnight (a 1 dia)
- p.p. - Pontos percentuais
- PDN - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PEM - Programa de Estabilização Macroeconómica
- PIB- Produto Interno Bruto
- RIB's - Reservas Internacionais Brutas
- RIL's - Reservas Internacionais Líquidas
- SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- *UNCTAD* - Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento e Comércio
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- WEO - *World Economic Outlook*
- ZLCA- Zona de Livre Comércio em África



Sumário

Executivo

- A economia mundial deverá registar um crescimento de 2,9% em 2019 depois de ter crescido 3,0% em 2018, segundo projecções do Banco Mundial, nas perspectivas económicas de Janeiro. As tensões comerciais, associadas ao declínio da produção industrial e das condições de financiamento, justificam o desempenho do crescimento mundial.
- A economia da África Subariana deverá crescer 3,4% em 2019, um incremento de 0,7 p.p. em relação a 2018, segundo dados do Banco Mundial. No entanto, o crescimento estimado para 2018 representa uma revisão em baixa de 0,4 p.p. em relação às projecções de Junho de 2018.
- A economia nacional registou desempenho negativo no III^o trimestre de 2018 ao diminuir 1,6%. No entanto o desempenho representa uma recuperação de 2,9 p.p. em relação ao II^o trimestre.
- A actividade de Extracção e Refinação de Petróleo reduziu 10,6% em termos homólogos no III^o trimestre de 2018. O registo representa um intensificar da contracção, tendo-se em consideração a redução homóloga de 8,4% no trimestre anterior, o que poderá reflectir os constrangimentos referentes à produção que têm assolado o sector.
- O desempenho da economia superior a 2% estimado para 2019 representa uma recuperação significativa comparativamente à recessão de 1,1% referente ao ano anterior. O registo do PIB poderá reflectir a retoma do crescimento tanto do sector petrolífero quanto do não petrolífero, que poderão fixar-se em 3,1% e 2,6%, que representam incrementos de 9,9 p.p. e 1,6 p.p., respectivamente, quando comparados ao registo da Programação Macroeconómica Revista para 2018.
- A instituição de Bretton Woods confirmou a parceria com o Governo no âmbito da implementação de estratégias que restaurem a sustentabilidade fiscal e garantam a diversificação da economia liderada pelo sector privado. O acordo inclui um financiamento de 3,7 mil milhões USD para o suporte às reformas económicas, com um total de 990,7 milhões USD já disponibilizado em Dezembro e o montante remanescente a ser disponibilizado ao longo dos próximos três anos, sujeitos a revisões semestrais.
- O Índice de Preços no Consumidor Nacional encerrou o ano de 2018 com uma variação homóloga de 18,6%, que reflecte uma desaceleração de 5,07 p.p. face ao ano anterior, mas 0,6 p.p. acima das estimativas do Governo plasmadas no Orçamento Geral do Estado de 2019.
- A base monetária em moeda nacional, que serve de referência para as decisões de política monetária do BNA, registou redução de 11% em Dezembro de 2018, em termos homólogos. A performance demonstra que a moderação da política monetária restritiva verificada ao longo do último ano não foram suficientes para evitar o actual nível de contracção do indicador, que destacou-se como a maior desde Novembro de 2017.
- Durante o último trimestre de 2018, o BNA passou a divulgar no último dia de cada mês, o montante e calendário das suas intervenções no mercado cambial ao longo do mês seguinte, tal como procedeu à alteração das sessões dos leilões para diárias, o que contribuiu para depreciações mensais da moeda nacional abaixo de 1%. Em Dezembro, a cotação do euro e do dólar atingiu 353,01 e 308,60 Kz, uma depreciação de 3% e 4%, respectivamente, face ao trimestre anterior.
- A conta corrente registou superavit de 8.171,9 milhões USD de Janeiro a Setembro de 2018. O saldo da conta corrente supera o défice de 2.316,8 milhões USD apurado nos primeiros nove meses de 2017. O desempenho da conta corrente associado ao da conta financeira e de capital pressionaram as Reservas Internacionais Líquidas, que situaram-se em 11.943 milhões USD em Setembro de 2018, uma redução homóloga de 21%.
- O fluxo líquido de IDE atingiu 3.841,9 milhões USD, ao longo dos três primeiros trimestres de 2018, uma redução de 29% em termos homólogos. O desempenho reflecte o aumento na captação de IDE na ordem de 5.417,8 milhões (+13,5% face ao período homólogo) e uma redução da saída de IDE de 9,1%, ao situar-se em 9.259,7 milhões USD, reflexo da menor mobilidade de capitais, em virtude da depreciação cambial apurada ao longo do período em referência.
- As *yields* dos Eurobonds registaram aumentos em termos trimestrais. A maior variação de 1,374 p.p., para 9,074%, ocorreu nos Eurobonds com maturidade em 2028 e a menor, de 1,232 p.p., para 10,027%, com vencimento em 2048.
- Relativamente à população angolana, o estudo realizado pelo UNICEF em parceria com o INE identificou que apenas 1% das crianças entre os 0 a 17 anos de idade não sofrem de nenhuma privação no país.



1. Contexto Internacional

- O Banco Mundial estima uma moderação do crescimento económico da Zona Euro, de 1,9% em 2018 para 1,6% em 2019.
- O volume de trocas comerciais entre os países, pelo mundo, registou uma redução anual de 1,6 p.p., ao crescer 3,8% ao longo de 2018.

O Banco Mundial reviu em baixa as projecções de crescimento para 2019. A economia mundial deverá registar crescimento de 2,9% em 2019 depois de ter crescido 3,0% em 2018 segundo projecções do Banco Mundial nas perspectivas económicas de Janeiro. As tensões comerciais, associadas ao declínio da produção industrial e das condições de financiamento, justificam o desempenho do crescimento mundial. As economias avançadas deverão desacelerar a partir de 2019, o ritmo de crescimento assistido nos últimos dois anos, enquanto as economias emergentes deverão crescer. A saída do Reino Unido da União Europeia continua a afectar as perspectivas de crescimento dos países da Zona Euro, numa altura em que se estima que a economia britânica tenha desacelerado 0,4 p.p., para 1,3% em 2018, e perspectiva-se uma recuperação para 1,4% em 2019.

O FMI perspectiva diminuição das trocas comerciais em 1,3 p.p., para 4%, em 2018. O WEO de Janeiro de 2019 destaca que a desaceleração nas transacções entre os países desenvolvidos, que em 2018 caíram 1,1 p.p., e dos países emergentes e em desenvolvimento, 1,7 p.p., ao variarem 3,2% e 5,4%, respectivamente, contribuíram para o desempenho. As tensões comerciais desencadeadas pelos EUA em 2018, aliada à deterioração das condições financeiras internacionais, com o aumento das taxas de juro de referência e o elevado nível de endividamento nas economias mais avançadas, condicionaram o desempenho do comércio mundial. Em 2019, perspectiva-se que o comércio mundial aumente 4%, com as economias desenvolvidas a crescer 3,5% e as emergentes e em desenvolvimento em 4,8%.

A economia norte-americana registou crescimento homólogo de 3,1% no IVº trimestre de 2018, um incremento de 1 p.p. em relação ao trimestre

anterior. O crescimento anual superou a meta do Governo de 3%, segundo dados da Bloomberg. A taxa de desemprego fixou-se em 3,8% no último trimestre de 2018, uma redução de 0,3 p.p. em relação ao período homólogo. No trimestre, a inflação situou-se em 1,9%, tendo desacelerado em 0,2 p.p. face ao período homólogo. Por seu turno, a Reserva Federal decidiu elevar pela quarta vez no ano a taxa básica de 2,25% para 2,50%. No entanto o registo do PIB mantém-se positivo apesar das tensões comerciais com a China condicionarem o comércio externo norte-americano e da paralisação parcial do Governo Federal em finais de Dezembro.

O PIB da Zona Euro cresceu 1,1% ao longo do IVº trimestre. O registo representa uma moderação de 0,5 p.p. em relação ao trimestre anterior e de 1,6 p.p., em termos homólogos. A taxa de desemprego voltou a confirmar a tendência de queda ao situar-se em 7,8% em Dezembro, uma redução de 0,8 p.p. face ao trimestre homólogo. Paralelamente, a taxa de inflação fixou-se em 1,5% em Dezembro, um incremento de 0,2 p.p. face ao fecho de 2017, sendo que o Banco Central Europeu (BCE) terminou o Programa de Compra de Activos e manteve as taxas de juro de referência nos níveis de há 2 anos.

A China cresceu 6,4% no IVº trimestre, uma desaceleração de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior. A economia chinesa registou a menor taxa de crescimento anual desde o Iº trimestre de 2009 (6,4%). O desempenho moderado é justificado pelos efeitos que a guerra comercial com os EUA sobre a economia, em paralelo à atenuação da procura interna, em virtude da contenção dos estímulos à economia. A taxa de inflação encerrou o ano em 1,9%, um aumento de 0,1 p.p. comparativamente a 2017, tendo a taxa de desemprego se fixado em 3,82% no IIIº trimestre de 2018, uma redução homóloga de 0,13 p.p.

Tabela 1 – Indicadores Macroeconómicos

| Regiões | Crescimento Económico (%) | | Taxa de inflação (%) | | Taxa de juro (%) | | Taxa de desemprego (%) | |
|-----------|---------------------------|----------|----------------------|----------|------------------|----------|------------------------|----------|
| | IIIº T 18 | IVº T 18 | IIIº T 18 | IVº T 18 | IIIº T 18 | IVº T 18 | IIIº T 18 | IVº T 18 |
| EUA | 3,0 | 3,1 | 2,3 | 1,9 | 2,25 | 2,5 | 3,8 | 3,8 |
| Zona Euro | 1,6 | 1,1 | 2,1 | 1,5 | 0,0 | 0,0 | 8,0 | 7,8 |
| China | 6,5 | 6,4 | 2,5 | 1,9 | 4,35 | 4,35 | 3,82 | - |

Fonte: Bloomberg



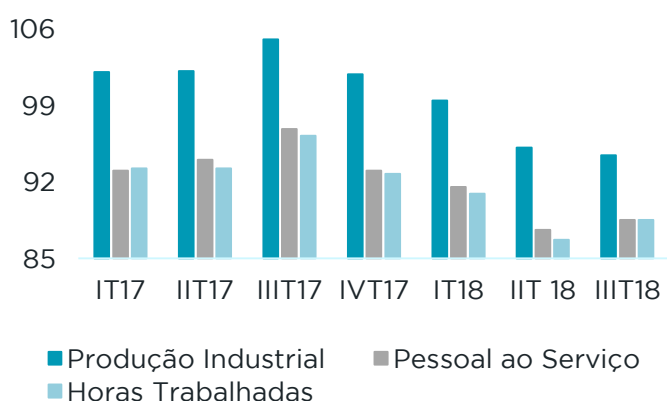
2. Economia Real

- O Produto Interno Bruto poderá apresentar crescimento acima de 2%, uma recuperação significativa perspectivada pelo Governo e pelo FMI.
- O crédito à economia tem apresentado uma trajectória crescente, com o financiamento concedido ao sector privado a manter-se em níveis superiores ao do sector público.

A economia registou desempenho negativo no III^o trimestre de 2018 ao diminuir 1,6%, no entanto, a performance representa uma recuperação de 2,9 p.p. em relação ao II^o trimestre. O desempenho do Produto Interno Bruto apresentou recuperação, porém, para que se registre crescimento económico em 2018 faz-se necessário um crescimento do PIB do III^o para o IV^o trimestre de aproximadamente 8%.

O Índice de Produção Industrial também registou uma trajectória de recuperação no III^o trimestre de 2018. O IPI fixou-se em 94,4 pontos no III^o trimestre de 2018, que representa uma diminuição de 0,7% em relação ao trimestre anterior. Entretanto representa suavização em relação à redução do índice em 4,3% apurada no II^o trimestre. A variação trimestral negativa foi apurada principalmente na Indústria Transformadora (12,6%) e nos Bens Intermédios (3,8%). Por outro lado, as variações positivas corresponderam à Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Vapor (26,3%) e Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Saneamento (8,8%).

Gráfico 1 – Índice de Produção Industrial (Pontos)



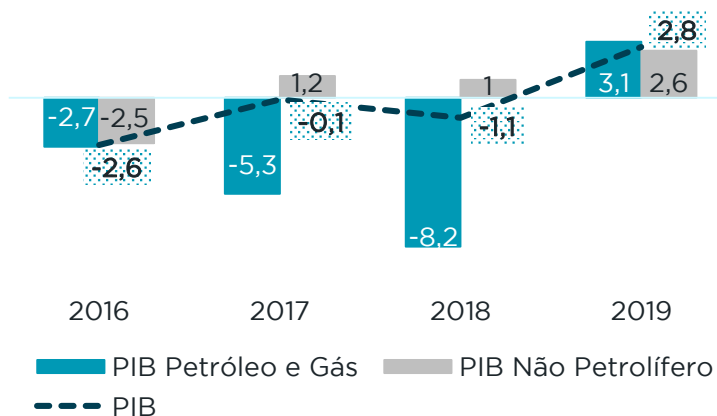
Fonte: INE

O crédito ao sector privado em moeda nacional apresentou incremento homólogo de 2,8% em Dezembro de 2018. O crédito fixou-se em 2.712,2 mil milhões Kz, que representa um montante superior ao total de 89.494,2 mil milhões Kz referente ao crédito ao sector público, excluindo a

Administração Central, uma redução de 9,3%. A tipologia do crédito com destaque para o sector privado poderá reflectir a estratégia de redução da proporção do Estado na economia, com a concessão de financiamento a sectores alternativos ao petrolífero.

O Orçamento Geral do Estado apresenta perspectiva de crescimento superior a 2% em 2019. O desempenho da economia estimado para 2019 representa uma recuperação significativa comparativamente à recessão de 1,1% referente ao ano anterior. O desempenho da economia poderá reflectir a retoma do crescimento tanto do sector petrolífero, quanto do sector não-petrolífero que poderão fixar-se em 3% e 2,6%, que representam incrementos de 9,9 p.p. e 1,6 p.p., respectivamente, quando comparados ao registo da Programação Macroeconómica Revista para 2018.

Gráfico 2 – Crescimento Económico (%)



Fonte: Orçamento Geral do Estado para 2019

O Fundo Monetário Internacional apresenta perspectivas alinhadas aos objectivos do Governo, com o crescimento previsto para 2019 a fixar-se em 2,5%. O desempenho da economia reflecte um incremento de 4,2 p.p. em relação à recessão registada em 2018. A instituição de Bretton Woods perspectiva que o crescimento do sector petrolífero se fixe em 3,1%, que supera o incremento de 2,2% previsto para o sector não petrolífero.



2.1. Sector Petrolífero

- O acordo de corte da produção de crude assinado em Dezembro poderá contribuir para que a commodity apresente uma trajectória de preço crescente.
- O efeito da variação do preço e a depreciação cambial contribuíram para superar o efeito quantidade, com as receitas fiscais petrolíferas a registarem incremento trimestral.

A actividade de Extração e Refinação de Petróleo registou redução homóloga de 10,6% no III^o trimestre de 2018. A performance do sector representa um intensificar da contracção, tendo-se em consideração o registo de redução de 8,4% no trimestre anterior, o que poderá reflectir os constrangimentos referentes à produção, que têm pressionado o desempenho do sector. Relativamente à contribuição do sector no PIB registou-se uma redução de 36% para 33%, na análise do II^o ao III^o trimestre de 2018.

O último trimestre do ano corrente caracterizou-se pelo acordo de corte da produção petrolífera da OPEP. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e aliados, com destaque para a Rússia, definiu em Dezembro de 2018 a redução da produção em cerca de 1,2 milhões barris/dia, com os membros da OPEP a comprometerem-se com uma redução de cerca de 800 mil barris/dia e o remanescente, os não-OPEP e aliados. O último acordo de corte definido em Novembro de 2016 perspectivou um corte de aproximadamente 3,27%, sendo que o actual prevê uma diminuição da produção em cerca de 3%, tendo como referência a produção da OPEP de Outubro de 2018.

A cotação do Brent apresentou redução de 35% no último trimestre de 2018, ao fixar-se em 53,8 USD/barril. A contracção apurada no trimestre, destaca-se como a redução mais intensa apurada desde o último trimestre de 2014, segundo dados da Bloomberg, ano em que teve início a crise no sector petrolífero. A tendência decrescente da cotação do crude associada às perspectivas pessimistas sobre o crescimento económico mundial contribuíram para a decisão da OPEP.

As receitas fiscais petrolíferas referentes ao IV^o trimestre aumentaram 117%, em termos homólogos. As receitas com a exportação de crude fixaram-se em 920.449,5 milhões Kz no IV^o trimestre de 2018, o que reflecte o incremento do preço médio das exportações em 27% atingindo 74,3 USD/barril no IV^o trimestre de 2018, tendo-se em consideração que a exportação média registou redução de 13%, para 1,406 milhões barris/dia.

A desvalorização cambial, em paralelo ao

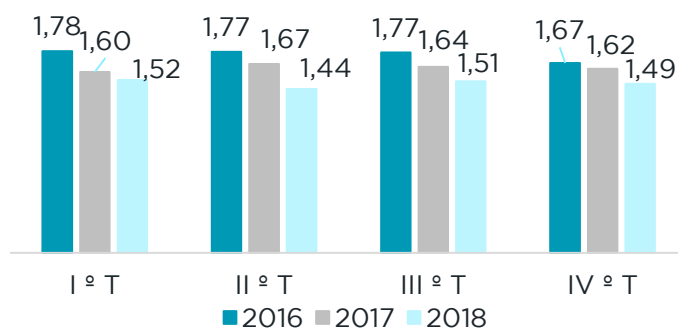
incremento do preço das ramas angolanas, contribuiu para um registo anual das receitas petrolíferas de 3.330,89 mil milhões Kz em 2018. Em comparação a 2017, o registo representa um incremento de 106%, reflexo do aumento do preço do crude angolano em 35%, tendo atingido 70,34 USD/barril (*lag* de 3-4 meses face ao preço no mercado internacional), apesar das exportações diminuírem 10%, para 1,491 milhões barris/dia.

O diferencial entre a cotação internacional do crude e o preço das ramas angolanas inverteu na comparação homóloga. O preço médio do crude nacional exportado fixou-se em 65,08 USD/barril em Dezembro de 2018, que superou em 21% a cotação internacional do Brent, no entanto, em Dezembro de 2017, o preço nacional fixou-se em 62,07 USD/barril, inferior à cotação internacional em 7%.

Gráfico 3 - Cotação do Brent (USD/barril)



Gráfico 4 - Produção Petrolífera (milhões barris/dia)



2.2. Sector Não-Petrolífero

- O crescimento do sector não-petrolífero apresenta perspectivas positivas diante do investimento previsto para a promoção do mesmo.
- A trajetória do crédito aos diferentes sectores da economia tem apresentado registos alinhados às expectativas do Governo.

O desempenho dos sectores alternativos ao petrolífero registou uma diminuição média de aproximadamente 0,6% no IIIº trimestre de 2018. O registo trimestral caracterizou-se por uma variação, em comparação ao período homólogo, negativa em sectores como a “Pesca” (18%), “Extracção de Diamantes e outros Minerais” (16,5%) e “Agro-Pecuária e Silvicultura” (2,3%) que exerceram contribuições de 2%, 1% e 5%, respectivamente, no desempenho do Produto Interno Bruto. Por outro lado, os registos positivos corresponderam aos sectores de “Intermediação Financeira e Seguros” (16,8%), “Electricidade e Água” (15,4%) e “Indústria Transformadora” (6,2%), com contributos a rondar 1% nos dois primeiros sectores e 4% no último.

O desempenho de alguns sectores poderá reflectir o impacto inicial de medidas reformistas adoptadas pelo actual Governo. Os sectores da Pesca e Diamantífero poderão estar a ressentir-se de medidas como a regularização da venda de peixe em locais autorizados, bem como pela adopção da “Operação Transparência” em Setembro de 2018, que tem como principal objectivo eliminar as irregularidades na actividade de garimpo de diamantes.

As perspectivas do Governo de crescimento do sector não petrolífero são positivas. O PIB não-petrolífero poderá crescer 2,6% em 2019, um incremento de 1,6 p.p. em relação à Programação Macroeconómica Revista para 2018, que reflecte o compromisso com a concretização da promoção da

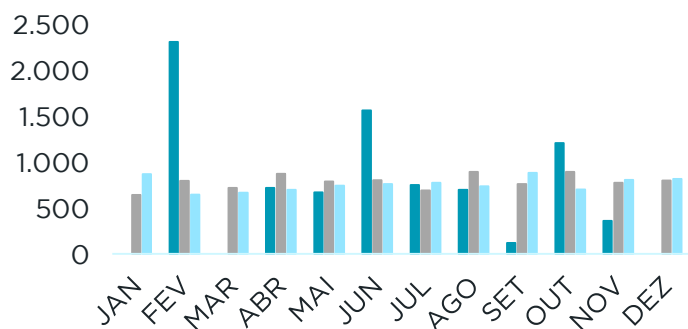
produção nacional para a redução das importações e promoção de exportações.

O Orçamento Geral do Estado para 2019 reforça a necessidade de investimento em sectores produtivos, com destaque para o agrícola. O Orçamento estima um crescimento no sector agrícola de 6,8% em 2019, que supera o registo de 3,1% referente à Programação Macroeconómica Revista para 2018. De acordo com informações do Governo, o maior crescimento será registado nos sectores de “Extracção de Diamantes e Minerais” (15,5%), “Pescas e Derivados” (3,0%) e “Indústria Transformadora” (2,1%).

A produção diamantífera atingiu o montante de 8.405,3 mil quilates na análise de Janeiro a Novembro de 2018. O registo representa uma diminuição de aproximadamente 3% em comparação ao mesmo período de 2017.

O crédito por ramos de actividade registou incremento homólogo de 15% no mês de Dezembro. O crédito aos ramos da economia fixou-se em 4.160,15 mil milhões Kz em Dezembro de 2018, um incremento homólogo que reflecte algum impacto da desvalorização cambial. O maior incremento homólogo do crédito foi registado nas actividades de “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (47,92%) e “Saúde e Acção Social” (39,61%). No entanto os principais destinos do crédito em Dezembro de 2018 foram as actividades de “Comércio” (22,28%) e “Imobiliária” (16,22%).

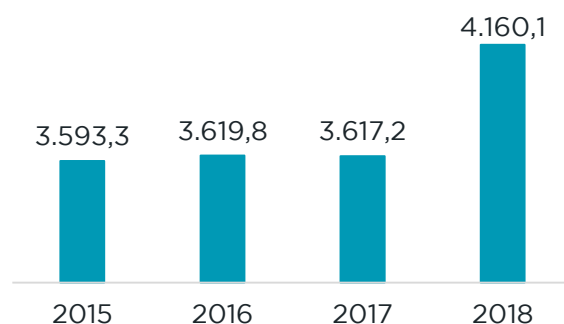
Gráfico 5 – Produção de Diamantes (Mil quilates)



Fonte: Minfin

■ 2018 ■ 2017 ■ 2016

Gráfico 6 – Crédito aos Ramos de Actividade Económica (Milhões Kz)



Fonte: BNA – Estatística Monetária e Financeira.



3. Finanças Públicas

- A consolidação fiscal representa um dos principais objetivos do Governo a serem alcançados em parceria com o FMI.
- O saldo fiscal poderá apresentar uma trajetória positiva a partir de 2018, após um período de quatro anos de défice orçamental.

O Acordo de Financiamento Ampliado aprovado em Dezembro pelo FMI apresenta a consolidação fiscal como uma das prioridades. A instituição de Bretton Woods confirmou a parceria com o Governo no âmbito da implementação de estratégias que visam restaurar a sustentabilidade fiscal e garantir a diversificação da economia liderada pelo sector privado. O acordo inclui um financiamento de 3,7 mil milhões USD para o suporte às reformas económicas, com um total de 990,7 milhões USD já disponibilizado em Dezembro e o montante remanescente a ser disponibilizado ao longo dos próximos três anos, sujeitos a revisões semestrais. No entanto o Presidente da República de Angola destacou na conferência de imprensa realizada no dia 21 de Dezembro, que as condições de financiamento são positivas com um período de carência de 4 anos e um custo do financiamento variável de até 3%.

A instituição de Bretton Woods perspectiva melhoria significativa do saldo orçamental. O FMI estima que o saldo varie de um défice de 6,3% do PIB em 2017 para um superavit de 0,4% em 2018 e de 1,3% em 2019, influenciado pelas perspectivas optimistas sobre a cotação internacional do crude, com as receitas petrolíferas a variarem de 9,9% do PIB para 14,2%, que contribuirão para que se registre um incremento das receitas de 17,5% do PIB para 20,5%, no intervalo de 2017 a 2018. Por outro lado, a instituição perspectiva que as despesas moderem de 23,8% do PIB em 2017 para 20,1% em 2018, com as maiores reduções de 2,6 e 1,2 p.p., para 3,9% e 6,2% do PIB a serem registadas nos investimentos

públicos e nos salários.

O Fundo perspectiva uma âncora para a dívida pública de aproximadamente 65% do PIB. A consolidação fiscal contribuirá para que seja resgatada a credibilidade interna e externa da economia, com o FMI a perspectivar a redução da dívida pública em cerca de 11,9 p.p., atingindo 79,1% do PIB em 2019, comparativamente a 2018. Destaca-se que se perspectiva minimizar significativamente a dívida em consequência da reestruturação da Sonangol, antecipando que a dívida atinja cerca de 65% até 2023.

O Orçamento Geral do Estado para 2019 perspectiva que se registre superavit orçamental em 2018, o primeiro desde 2013. O Governo estima que em 2018 o saldo fiscal positivo se fixe em 0,6% do PIB, que representa uma recuperação de 6,9 p.p. comparativamente ao registo de 2017. A consolidação também representa um dos destaques do Orçamento, que apresenta como principal contribuição para o registo anual o desempenho positivo do sector petrolífero.

O Governo perspectiva que a dívida pública registre diminuição 10,5 p.p., para 60%, na análise de 2018 a 2020. O OGE prevê que se concretize a consolidação fiscal mediante a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), prevista para o IIº semestre do ano corrente, a contenção do crescimento da massa salarial, redimensionamento das despesas com subvenções e a introdução de um fundo de estabilização fiscal.

Gráfico 7 – Saldo Fiscal (% do PIB)

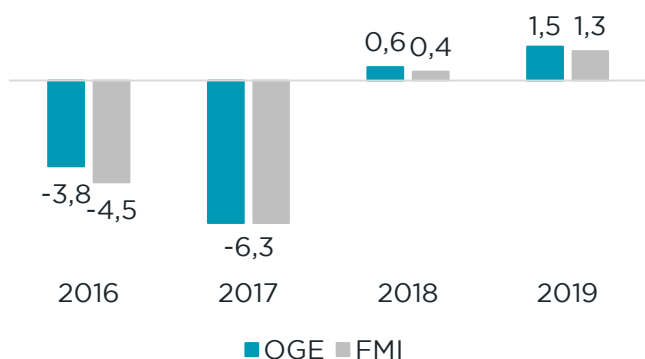
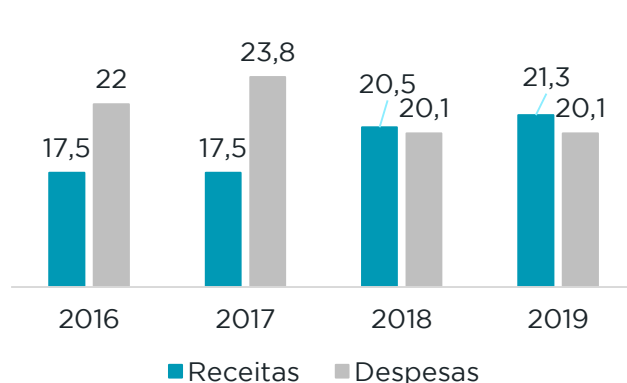


Gráfico 8 – Receitas e Despesas Públicas (% PIB)



3. Finanças Públicas

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 perspectiva incremento da dotação em relação ao período homólogo. O OGE 2019 apresenta previsões de receitas e despesas avaliadas em 11.355,1 mil milhões Kz, um incremento de 17,2% face ao OGE 2018, tendo sido elaborado na perspectiva da consolidação fiscal, estabilização macroeconómica, e na perspectiva da inversão da tendência negativa das taxas de crescimento da economia dos últimos três anos.

A contribuição das receitas fiscais petrolíferas nas receitas totais poderá registar incremento de 22,5 p.p., ao longo de 2019, devendo atingir 65,4%. Em conformidade, o OGE 2019 estima arrecadar receitas fiscais de 7.423,8 mil milhões Kz (65,4% do total previsto), sendo que as receitas a arrecadar já comportam a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). O IVA poderá ser introduzido no IIº semestre de 2019, e apresenta-se como a principal medida estrutural nas finanças públicas a ser efectivada, a par das privatizações, o que poderá impulsionar a arrecadação de receitas e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, que

se esperam situar-se abaixo de 60% do PIB, após o ano de 2022.

As despesas correntes poderão reduzir o seu contributo no PIB em 1,4 p.p., fixando-se em 16,1% do PIB. Do lado das despesas, foram reservados 1.796,3 mil milhões Kz para despesas com pessoal, que representam cerca de 32,1% das despesas correntes. O aumento do pessoal e do ajustamento na folha salarial da função pública, justificam o aumento da dotação. Por outro lado, as despesas com bens e serviços deverão situar-se em 1.375,90 mil milhões Kz (24,5%).

A despesa com a amortização da dívida poderá diminuir 9,2 p.p., para 33,8% em 2019, comparativamente a 2018. Numa perspectiva funcional, as despesas com o serviço da dívida continuam a assumir o segundo maior peso nas despesas, ao situarem-se em 33,8%, enquanto as despesas com a saúde e educação deverão fixar-se em 6,6% e 5,8% (incluindo a dívida), uma variação de +3,0 p.p., e +0,4 p.p., respectivamente em relação ao OGE 2018.

Tabela 2 - OGE 2019: Rubricas Orçamentais

| Descrição | Mil Milhões KZ | | Var. % | % Total | | % PIB | |
|---|----------------|------------------|-----------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | OGE 2018 | OGE 2019 | | OGE 2018 | OGE 2019 | OGE 2018 | OGE 2019 |
| 1. Receita Total | 9.658,2 | 11.355,10 | 18 | 100,0 | 100,0 | 40,5 | 32,6 |
| 1.1. Receita Fiscal | 4.139,3 | 7.423,8 | 79 | 42,9 | 65,4 | 17,3 | 21,3 |
| a. Petrolíferas | 2.399,1 | 5.319,1 | 122 | 24,8 | 46,8 | 10,1 | 15,3 |
| b. Não Petrolíferas | 1.740,2 | 1.713,8 | -2 | 18,0 | 15,1 | 7,3 | 4,9 |
| c. Outras | 0,0 | 390,9 | N/D | 8,0 | 3,4 | 1,7 | 1,1 |
| 1.2. Receita Patrimonial | 0,8 | 1,6 | 100 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 1.3. Receita de Endividamento | 4.753,1 | 3.929,7 | -17 | 49,2 | 34,6 | 19,9 | 11,3 |
| a. Interno | 2.794,1 | 1.934,0 | -31 | 28,9 | 17,0 | 11,7 | 5,6 |
| b. Externo | 1.959,0 | 1.995,7 | 2 | 20,3 | 17,6 | 8,2 | 5,7 |
| 2. Despesa Total | 9.658,2 | 11.355,1 | 18 | 100 | 100 | 40,5 | 32,6 |
| 2.1. Despesas Correntes | 4.170,3 | 5.603,5 | 34 | 43,2 | 49,4 | 17,5 | 16,1 |
| 2.2. Despesas de Capital | 931,5 | 1.314,3 | 41 | 9,6 | 11,6 | 3,9 | 3,8 |
| Despesas de Capital em USD | 3,0 | 4,3 | - | - | - | - | - |
| 2.3. Despesas com amortização de dívida | 4.153,2 | 3.843,3 | -7 | 43 | 33,8 | 17,4 | 11 |
| a. Externa | 1.394,2 | 2.085,1 | 50 | 14,4 | 18,4 | 5,8 | 6 |
| Externa em USD | 4,5 | 6,7 | - | - | - | - | - |
| b. Interna | 2.759,0 | 1.758,2 | -36 | 28,6 | 15,5 | 11,6 | 5,1 |
| 2.4. Aquisição de Activos Financeiros | 403,4 | 594,0 | 47 | 4,2 | 5,2 | 1,7 | 1,7 |

Fonte: Orçamento Geral do Estado 2019



4. Inflação

- O nível geral de preços apurado durante o terceiro trimestre de 2018 acelerou influenciado pela maior volatilidade dos preços da Classe “Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis”.
- A desaceleração do nível geral de preços apurada ao longo do último ano reflecte, essencialmente, a eficaz combinação das políticas monetárias e cambial, com a redução da liquidez no MMI e a alocação eficiente de divisas nos diferentes sectores da economia.

A taxa de inflação encerrou o ano de 2018 ligeiramente acima do estimado pelo Governo. O Índice de Preços no Consumidor Nacional encerrou o ano de 2018 com uma variação homóloga de 18,6%, que reflecte uma desaceleração de 5,07 p.p. face ao ano anterior, mas 0,6 p.p. acima das estimativas do Governo plasmadas no Orçamento Geral do Estado de 2019.

O nível geral de preços na cidade capital, Luanda, variou 18,21%. A taxa de inflação atingiu 18,21% no último trimestre de 2018, uma redução de 8,05 p.p. face ao ano anterior. O desempenho reflecte a combinação das políticas monetária e cambial, que permitiram a desaceleração da taxa de inflação durante o ano de 2018.

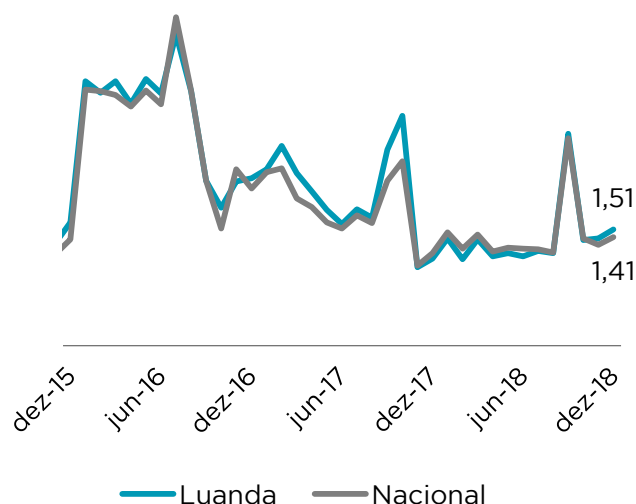
A taxa de inflação apresentou uma variação mensal média de 1,4%, no último trimestre. A Classe 02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco apresentou a maior variação durante o período em análise, cerca de 2%, como reflexo do período da quadra festiva, altura em que a procura tende a aumentar. Paralelamente, a Classe 03. Vestuário e Calçado registou um incremento médio de 1,8%. Destaca-se que ao longo de 2018 os bens não alimentares apresentaram crescimento superior face aos bens alimentares, com os primeiros a apresentarem uma variação média de 2,04% e os segundos de 1,20%. A actualização do tarifário de água afigura-se como principal contributo para a variação dos preços não-alimentares.

O Governo prevê a continuidade da desaceleração dos níveis de preços. O Governo estima que a taxa de inflação atinja 15% em 2019, o que representa uma desaceleração de 3,6 p.p. face ao registo de 2018. As expectativas optimistas são corroboradas pelo FMI, que apesar da continuidade da depreciação cambial, os ajustamentos das tarifas de electricidade e dos transportes, prevê uma taxa de inflação de 17,5%, uma desaceleração de 1,1 p.p.. Importa ressaltar que se considerarmos a inflação registada em Janeiro de 2019, 18,22%, podemos sentir algum optimismo.

A inflação de preços grossistas também desacelerou. O índice de preços grossista encerrou o ano de 2018 com um aumento de 16,86%, em termos homólogos, que apesar de estar ligeiramente acima dos 15,47% apurados em 2017, está abaixo dos 29,85% de 2016.

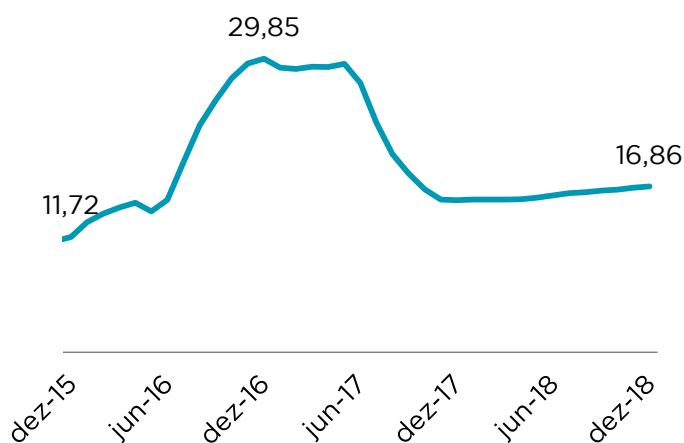
A importação de produtos continua a impactar o nível geral de preços. A participação dos produtos importados sobre o nível geral atingiu mais de 70% ao longo do ano, o que revela a maior necessidade de aceleração do processo de diversificação da economia, com vista a impulsionar a produção nacional.

Gráfico 9 - Taxa de inflação var. mensal (%)



Fonte: INE

Gráfico 10 - Índice de Preços Grossistas (%)



Fonte: INE



5. Indicadores Monetários

- O FMI antecipa que a massa monetária (M2) deverá crescer 39,6% em 2019, que deverá resultar, em grande parte, do efeito da depreciação cambial antecipada para 2019;
- Regista redução de 32,46 mil milhões kz referentes a depósitos à vista e moeda em circulação no sistema financeiro, de Dezembro de 2017 ao mesmo mês de 2018.

A base monetária em Moeda Nacional registou a maior contracção dos últimos 13 meses, no mês de Dezembro. A base monetária em moeda nacional, que serve de referência para as decisões de política monetária do BNA, apresentou variação de -11% em Dezembro de 2018, em termos homólogos. A performance demonstra que os aligeiramentos da política monetária restritiva verificados ao longo do último ano não foram suficientes para evitar o actual nível de contracção do indicador, que destacou-se como a maior desde Novembro de 2017.

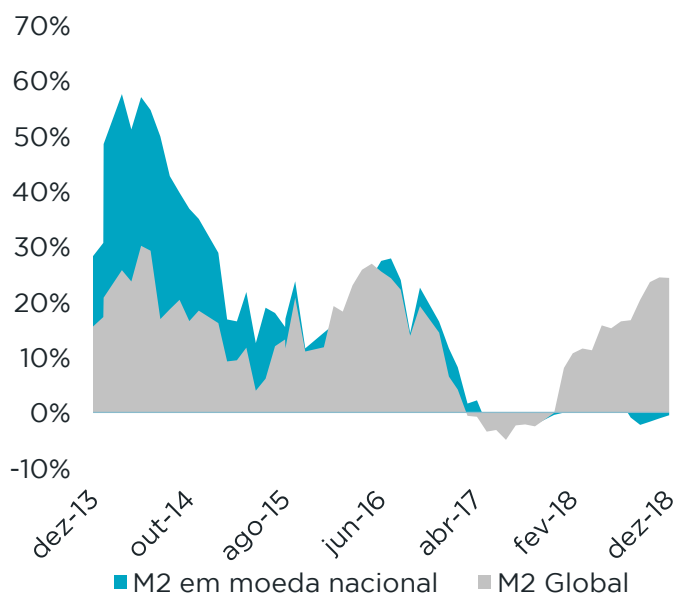
O agregado monetário M2 apresentou taxas de crescimento positivas ao longo de todo ano de 2018. A depreciação cambial do kwanza durante o ano de 2018 contribuiu para taxas de crescimento do agregado monetário M2, em termos homólogos, que se manteve em nível superior a 20% ao longo do último terço do respectivo ano. Contudo, excluído o efeito cambial gerado pela depreciação do Kwanza, nota-se que o M2 em Moeda Nacional contraiu cerca de 0,5% em Dezembro, pelo quinto mês consecutivo, que reflecte as medidas de controlo da liquidez na economia adoptadas pelo BNA com o intuito de moderar a evolução do nível geral de preços.

Cerca de 32,46 mil milhões de kwanzas referentes a depósitos à vista em moeda nacional e moeda em circulação foram subtraídos da liquidez imediata do sistema financeiro, de Dezembro de 2017 ao mesmo mês de 2018, sendo que apenas a metade se destinou a aplicação em depósitos a prazo. A evolução do agregado monetário M3 em Dezembro de 2018, período em que apresentou uma variação de 24,4%. No período em análise, cerca de 47,64 mil milhões Kz em notas e moedas em poder do público foram subtraídos da economia, e os depósitos à vista em kwanzas aumentaram 15,18 mil milhões Kz, o primeiro incremento desde Janeiro de 2017, perfazendo um total de 32,46 mil milhões Kz. Entretanto, os depósitos a prazo em moeda nacional cresceram 8,5 mil milhões Kz, que leva a interpretação de que aproximadamente 26% da disponibilidade imediata na economia (notas e moedas em poder do público + depósitos à vista) foi aplicada em depósitos a prazo. A absorção de liquidez imediata também reflecte o efeito da manutenção da política monetária restritiva pelo

BNA, diminuição da disponibilidade de kwanzas na economia em consequência tanto da venda de divisas no mercado cambial, quanto da emissão de títulos do Tesouro pelo Estado.

O FMI antecipa que a massa monetária (M2) deverá crescer 39,6% em 2019, que contraria a expectativa de manutenção das medidas restritivas de política monetária. O FMI, no *Country Report* publicado em Dezembro, no âmbito do programa de financiamento ampliado, estima que a massa monetária cresceu 22% em 2018 e que deverá atingir 39,6% em 2019. Contudo, no mesmo documento antecipa que a política monetária deverá manter-se restritiva, de forma a suportar o processo de liberalização da taxa de câmbio e que se atinja o *target* de inflação de 17,5% para 2019, o que leva a concluir que parte relevante da variação do M2 deverá resultar do efeito da depreciação cambial antecipada para 2019.

Gráfico 11 - Taxa de crescimento da Base Monetária



Fonte: BNA, var. homóloga



6. Política Monetária

- O Comité de Política Monetária reuniu dia 30 de Novembro e decidiu manter inalteradas as taxas de juro e coeficiente de reservas obrigatórias;
- O acordo de financiamento do FMI a Angola ao abrigo do Extended Fund Facility Arrangement (3,7 mil milhões USD) deverá condicionar as próximas decisões de política monetária, cambial e do sector financeiro, além do natural impacto à política fiscal e reformas estruturais;

O Comité de Política Monetária reuniu em 30 de Novembro e decidiu manter inalteradas as taxas de juro e coeficiente de reservas obrigatórias. O CPM do BNA reuniu em Novembro, mas não realizou ajustes nas decisões de Política Monetária implementadas desde Julho, que reflecte a satisfação da instituição com a evolução do nível geral de preços e confortável com o actual nível de liquidez na economia, apesar da contracção da Base Monetária em Moeda Nacional, a variável operacional da política monetária, no mês de Novembro.

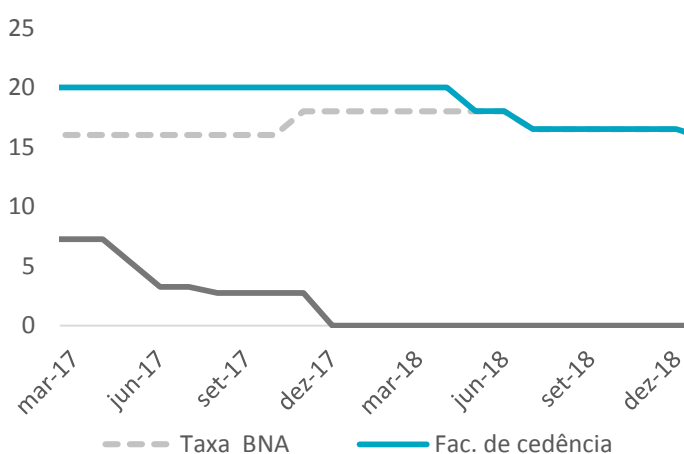
O acordo de financiamento do FMI a Angola ao abrigo do *Extended Fund Facility Arrangement* (3,7 mil milhões USD) deverá condicionar as próximas decisões de política monetária, cambial e do sector financeiro, além do natural impacto à política fiscal e reformas estruturais. Para os 3 anos em que o programa de financiamento do FMI vigorar, o Governo compromete-se a liberalizar o regime cambial mediante a eliminação de distorções no mercado de divisas, de restrições cambiais e das taxas de câmbio múltiplas, medidas de política cambial, que deverão ser suportadas pela manutenção de medidas restritivas de política monetária. Por outro lado, o Governo compromete-se em fortalecer a resiliência do sector financeiro mediante o aumento da capacidade dos bancos para gerir os riscos de um regime cambial mais flexível, realizar avaliações da qualidade dos activos, recapitalizar os bancos frágeis, reestruturar o maior banco público e reforçar o quadro de crime de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (CBC/FT).

O Banco Central assume uma posição mais vigorosa no processo de fortalecimento da resiliência do sector financeiro. O compromisso do BNA com o fortalecimento do sector financeiro espelhado no aumento do capital social exigido aos bancos comerciais de 2,5 mil milhões Kz para 7,5 mil milhões Kz, para se cumprir até final de 2018, impactou com a revogação da licença a dois bancos

comerciais, por incumprimento. O FMI reconhece a relevância da robustez do sistema financeiro para a execução das reformas necessárias para o desenvolvimento do país, com destaque para a evolução do crédito mal parado em que reconhece que a Recredit terá um papel essencial a desempenhar, tanto na recapitalização dos bancos frágeis quanto na reestruturação dos bancos públicos.

As taxas de juro das Operações de Mercado Aberto (OMA) encerraram o ano de 2018 a reflectir a menor disponibilidade de liquidez. As taxas de juro das OMA cresceram de Outubro a Dezembro, no caso das Operações com 28 e 63 dias, com incrementos de 1,8 p.p. e 3 p.p., para 8,8% e 13%, respectivamente, com excepção para as taxas a 7 e 14 dias que mantiveram-se em 1,25% e 4%, em cada caso. O comportamento das taxas de juro resulta do actual contexto de redução da liquidez disponível na economia. Destaca-se que o Banco Central já manifestou no passado recente que pretende tornar as OMA em um dos principais instrumentos de controlo da liquidez disponível no sistema financeiro.

Gráfico 12 - Taxas de juro de referência



Fonte: BNA



7. Mercado Monetário

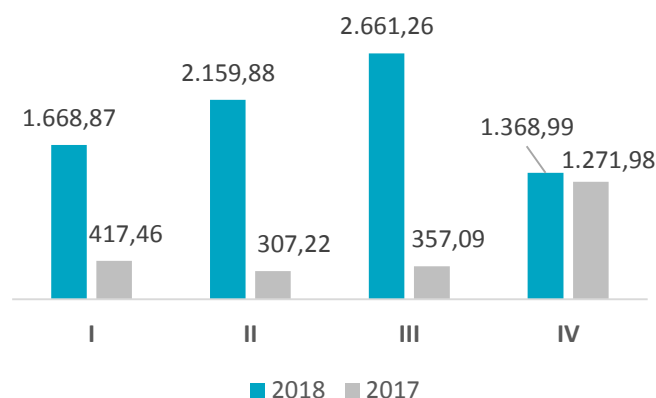
- O IV^o trimestre foi o período em que as operações de permuta de liquidez entre bancos apresentaram o menor desempenho de 2018;
- As taxas de juro Luibor apresentaram comportamentos divergentes ao longo do trimestre em análise, conforme a maturidade;

Em 2018, as operações de permuta de liquidez no mercado monetário interbancário atingiram 9.068,15 mil milhões AOA, que representa o máximo desde 2014. O ano de 2018 foi marcado pelo maior dinamismo do MMI, que culminou com um volume de liquidez transaccionada de 9.068,15 mil milhões Kz, mais de três vezes o volume transaccionado em 2017 (2.353,74 mil milhões Kz), 7 vezes o registo de 2016 (1.286,11 mil milhões Kz) e aproximadamente mais 40% do que em 2015 (6.162,62 mil milhões Kz).

O IV^o trimestre foi o período em que as operações de permuta de liquidez entre bancos apresentaram o menor desempenho de 2018. No IV^o trimestre de 2018, os bancos transaccionaram apenas 1.368,99 mil milhões Kz no MMI, que contrasta com os volumes transaccionados nos demais trimestres, em que se manteve acima 2.000 mil milhões Kz. A redução da liquidez disponível na economia gerada pela política monetária contraccionista e o actual preço da moeda estrangeira no mercado cambial, no lado da oferta, e a maturação dos Títulos do Tesouro, no lado da procura, têm impactado significativamente no MMI.

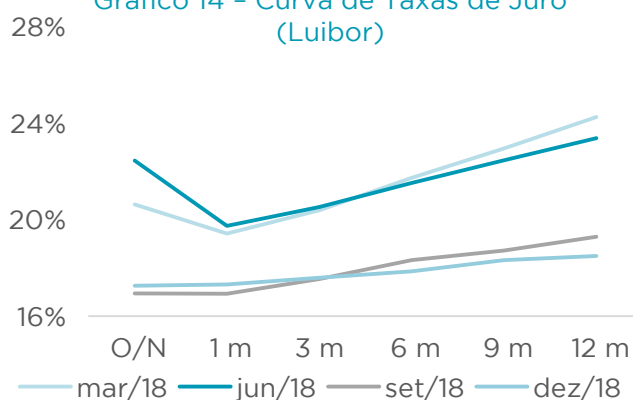
As taxas de Juro Luibor apresentaram comportamentos divergentes na análise trimestral de fim do período. Foram apurados incrementos das taxas Luibor nas maturidades menores, nomeadamente *Overnight* (+0,31 p.p.), 1 mês (+0,38 p.p.) e 3 meses (+0,05 p.p.), do III^o ao IV^o trimestre do último ano. Em contraste, nas demais maturidades, como a 6 meses (-0,47 p.p.), 9 meses (-0,39 p.p.) e 12 meses (-0,79 p.p.), prevaleceu a tendência de diminuição. A taxa mais baixa situou-se em 16,75% e a mais alta, em 17,99%.

Gráfico 13 - Transacções no MMI (Mil Milhões AOA)



Fonte: BNA

Gráfico 14 - Curva de Taxas de Juro (Luibor)



Fonte: BNA

Tabela 3 - Taxa de Juro do MMI (%)

| Luibor | III trim. 17 | IV trim. 17 | I trim. 18 | II trim. 18 | III trim. 18 | IV trim. 18 |
|------------------|--------------|-------------|------------|-------------|--------------|-------------|
| <i>Overnight</i> | 19,70 | 17,77 | 20,12 | 21,94 | 16,44 | 16,75 |
| 1 Mês | 18,01 | 18,27 | 18,92 | 19,24 | 16,43 | 16,81 |
| 3 Meses | 18,81 | 18,92 | 19,89 | 20,02 | 17,04 | 17,09 |
| 6 Meses | 19,45 | 20,16 | 21,32 | 21,01 | 17,82 | 17,35 |
| 9 Meses | 20,90 | 21,90 | 22,44 | 21,96 | 18,21 | 17,82 |
| 12 Meses | 21,97 | 23,08 | 23,74 | 22,87 | 18,78 | 17,99 |

Fonte: BNA



8. Sector Externo

- As transacções comerciais resultaram em saldos positivos da balança comercial e conta corrente, beneficiando-se do aumento do preço petróleo durante o período em análise.
- As Reservas Internacionais Líquidas deterioraram-se significativamente ao longo do último ano, tendo atingido níveis mínimos da serie histórica, que teve inicio em Dezembro de 2011.

A conta de bens seguiu tendência ascendente durante o ano de 2018. Os dados disponibilizados pelo BNA até ao terceiro trimestre de 2018 demonstram uma tendência ascendente do saldo da conta de bens, como resultado da evolução positiva das exportações, em consequência do incremento da cotação internacional do crude, que é o principal produto de exportação do país. Durante o período em análise, o saldo da balança comercial situou-se em 19.765 milhões USD, um aumento de 45% em comparação ao mesmo período de 2017.

O sector petrolífero desempenhou um papel fundamental durante o período em análise. As exportações petrolíferas representaram mais de 95% do total arrecadado com as exportações no período em análise, sendo que o sector diamantífero apresentou um peso inferior a 5%. Paralelamente, a importação de bens de consumo corrente representou em média cerca de 67% do total desembolsado, com destaque para os bens alimentares, combustíveis, entre outros. As importações totais situaram-se em 11.426 milhões USD.

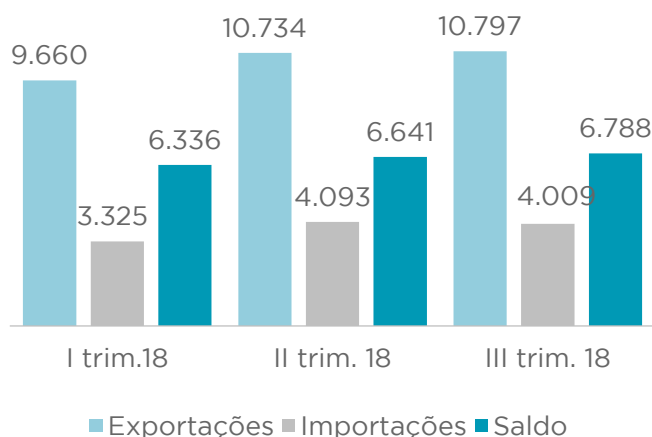
O continente asiático continua a ocupar um lugar de destaque entre os principais parceiros comerciais. Os dados referentes aos primeiros nove meses de

2018 revelam que a China situou-se no topo da lista dos principais países de proveniência das importações, com uma quota de 17%, seguido de Portugal com 14%, Togo, Bélgica e Brasil, com 7% cada, sendo que no lado das exportações, a China também manteve-se em destaque, com um peso de aproximadamente 61%.

A conta corrente registou superavit de 8.171,9 milhões USD nos meses de Janeiro a Setembro de 2018. O saldo da conta corrente supera o défice de 2.316,8 milhões USD apurado nos primeiros nove meses de 2017. No entanto, as RIL's, que situaram-se em 11.943 milhões USD em Setembro de 2018, registaram uma redução homóloga de 21%, que reflecte o impacto da variação do saldo da balança de pagamentos de um superavit de 597,4 milhões USD para um défice de 1.213,3 milhões USD, no IIIº trimestre de 2017 e 2018, respectivamente.

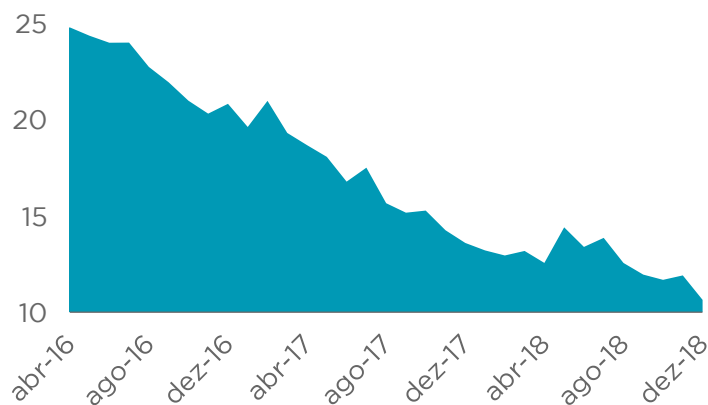
O Fundo Monetário Internacional estimou que as RIL's se situariam em 10.000 milhões USD em 2018. As estimativas do FMI estiveram muito próximas das Reservas Internacionais Líquidas apuradas durante o mês de Dezembro de 2018, cerca de 10.632 milhões USD. Para 2019, a instituição de Bretton Woods prevê uma expansão para 11.249 milhões USD, que corresponde a um incremento de 12,5%.

Gráfico 15 - Balança Comercial



Fonte: BNA, valores em Milhões USD

Gráfico 16 - Reservas Internacionais Líquidas



Fonte: BNA, valores em Mil Milhões USD



9. Mercado Cambial

- O mercado cambial registou durante o ano de 2018 transformações significativas, desde a alteração do regime cambial, para flutuante, maior intervenção do BNA, tal como a eliminação das vendas directas, passando a realizar apenas leilões de divisas.
- Consequentemente, o diferencial entre a taxa de câmbio formal e informal seguiu tendência descendente, durante o período em análise.

O montante de divisas disponibilizado pelo BNA durante o IV^o trimestre de 2018 aumentou 55% em relação a 2017. O montante comercializado atingiu cerca de 2,885 mil milhões EUR, que representa um incremento de 55% face ao período homólogo e 2,1% quando comparado com o trimestre anterior. Durante o último ano, a venda de divisas fixou-se em 11,462 mil milhões EUR, um incremento anual de 5%, sendo que a média mensal situou-se em 955,205 milhões EUR.

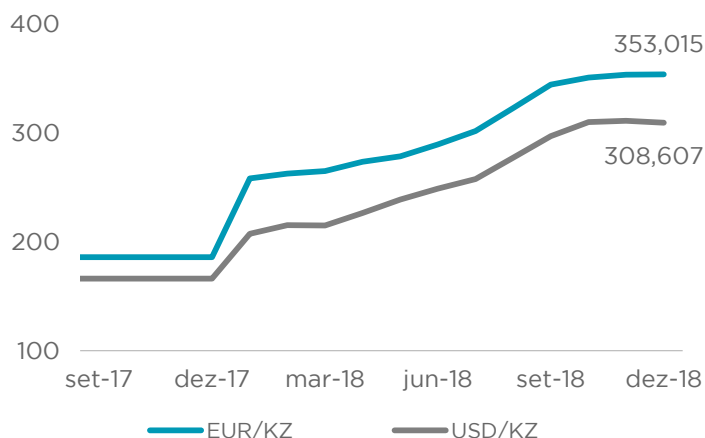
A maior previsão dos leilões contribuiu para a moderação da depreciação da taxa de câmbio. Durante o último trimestre de 2018, o BNA passou a divulgar no último dia de cada mês, o montante e calendário das suas intervenções no mercado cambial ao longo do mês seguinte, tal como, procedeu a alteração das secções dos leilões para diárias, o que contribuiu para depreciações abaixo de 1% da moeda nacional, em termos mensais. Em Dezembro, as cotações do euro e do dólar atingiram 353,01 e 308,61 Kz, que representam depreciações de 3% e 4%, respectivamente, face ao trimestre anterior.

A taxa de câmbio no mercado informal continuou a apreciar. A cotação do euro e do dólar no mercado paralelo encerrou o ano em 477,5 e 413,8 Kz, respectivamente, destacando que durante o ano 2018, a unidade da moeda chegou a ser cotada a 550 e 460 Kz, na mesma ordem acima referenciada.

O processo de depreciação da moeda nacional terá continuidade durante o ano de 2019. O relatório do Fundo Monetário Internacional divulgado em Dezembro, ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado, demonstra que a flexibilidade cambial é essencial para melhorar a competitividade externa, reconstituir as reservas cambiais e promover a actividade do sector privado.

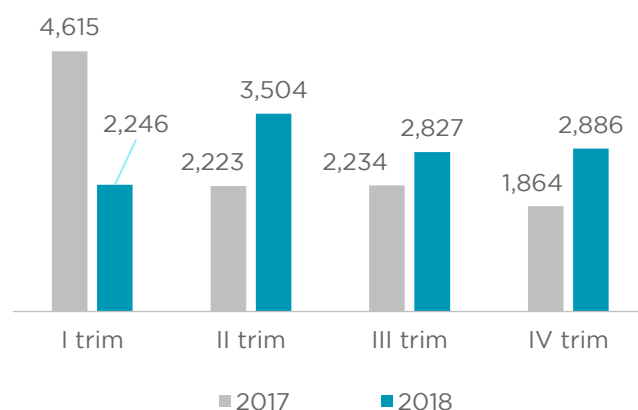
A medida encontra-se corroborada pelo Governo. De acordo com as estimativas da Unidade de Gestão de Dívida Pública, divulgadas no Plano Anual de Endividamento, a moeda nacional (Kwanza) poderá depreciar-se 12,3% ao longo de 2019 face à taxa de fecho apurada em 2018, com a taxa de câmbio a fixar-se em 352 Kz por unidade de dólar norte-americano.

Gráfico 17 - Taxa de Câmbio



Fonte: BNA

Gráfico 18 - Venda Trimestral de divisas (Mil Milhões EUR)



Fonte: BNA



10. Mercado de Capitais

- A menor disponibilidade de liquidez na economia tem condicionado a capacidade do Estado em financiar-se no mercado interno.
- A correlação inversa entre a yield dos Eurobonds e a cotação internacional do crude reforçam a urgência do processo de diversificação da economia.

A emissão de Títulos do Tesouro (TT) fixou-se em 319,33 mil milhões Kz no último trimestre de 2018, que representa uma redução de 11,2% face ao trimestre anterior e 67% face ao período homólogo. A performance poderá reflectir o desafio da captação de recursos no mercado interno, que tem sido enfrentado pelo Tesouro Nacional. A propensão a investir dos agentes económicos tem registado redução como consequência da deterioração do poder de compra, que tem sido pressionado principalmente pela inflação e desvalorização cambial. Em consequência do cenário de menor captação de recursos pelo Estado, a emissão total em 2018 fixou-se em 1.390,4 mil milhões Kz, diminuindo em 46% em relação ao ano anterior. Os reembolsos (resgates) de TT fixaram-se em 663,603 mil milhões Kz no último trimestre de 2018, que representa um incremento de 60% dos pagamentos pelo Tesouro e os *stocks* fixaram-se em 24,430 mil milhões Kz, um incremento de 9,7%, no trimestre em análise.

A proporção de Bilhetes do Tesouro (BT's) representou 92% do total emitido no IV^o trimestre de 2018. O registo representa uma inversão comparativamente aos trimestres anteriores, tendo-se em consideração que apenas no I^o trimestre de 2017, a proporção de BT's fixou-se acima de 90%. A alteração da distribuição dos Títulos reflecte a menor procura, apesar do objectivo de modificação do perfil de endividamento com a preferência por dívida com prazos de vencimento mais longos, tal como previsto no Plano Anual de Endividamento (PAE) para 2018.

A taxa nominal de juro dos Bilhetes do Tesouro aumentou entre 4 e 5 p.b., no IV^o trimestre de 2018. O incremento do rendimento dos BT's poderá justificar a maior procura pelos títulos, tendo-se em consideração que o registo referente à emissão apresentado pelo Banco Central representa as vendas efectivadas. Os BT's com maturidade de 91 e 364 dias apresentaram as variações destacadas, fixando-se em 13,6% e 19,05%, respectivamente. Em relação às Obrigações do Tesouro (OT's), destaca-se que as Não-reajustáveis registaram variação de 0,5 p.p., para 22%, na maturidade de 2 anos e as Indexadas aos BT's reduziram 0,12 p.p., para 20,38%

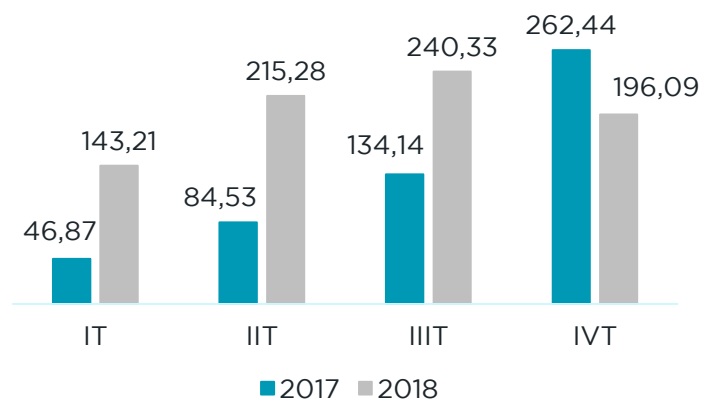
na maturidade de 6 anos.

O desvio entre as estimativas no PAE e o concretizado fixou-se em aproximadamente 75%. O total de Títulos vendidos no IV^o trimestre de 2018 representou cerca de 25% do total previsto no PAE, contribuindo para um desvio anual de 70,2%.

O mercado secundário caracterizou-se pela negociação de 196,09 mil milhões Kz, uma redução trimestral de 18,4% e homóloga de 25,3%. O registo reflecte principalmente as restrições de liquidez na economia, apesar da inauguração do Mercado de Bolsa de Obrigações Privadas (MBOP) em Dezembro de 2018.

A *yield* dos Eurobonds cresceu ao longo do trimestre em análise. A maior variação de 1,374 p.p., para 9,074%, ocorreu nos Eurobonds com maturidade em 2028 e a menor, de 1,232 p.p., para 10,027%, com vencimento em 2048. A redução significativa da cotação do crude contribuiu para a exigência de maior rendimento pelos investidores para aquisição dos Eurobonds, tendo-se em consideração a possível redução da capacidade financeira da economia angolana, com a principal origem das receitas fiscais a ser representada pelo sector petrolífero.

Gráfico 19 – Negociações no Mercado Secundário (Mil Milhões Kz)



Fonte: BODIVA



11. Sector Bancário

- Os bancos com défices de capital próprio terão de apresentar um plano de levantamento de capital até ao final de 2019 e concluir os processos de recapitalização até Junho de 2020;
- O BNA e o FMI adoptarão um conjunto de medidas de forma a eliminar as deficiências no quadro prudencial que contribuem para os constrangimentos na banca.

Os bancos com défices de capital próprio terão de apresentar um plano de levantamento de capital até ao final de 2019 e concluir os processos de recapitalização até Junho de 2020. Peritos externos, em colaboração com o BNA, realizarão as avaliações da qualidade dos activos nos 8 maiores bancos até ao final de Setembro de 2019. Os bancos com défices de capital próprio que não conseguirem levantar o capital necessário até Junho de 2020 serão objecto de resolução. Entretanto as autoridades revisarão a Lei das Instituições Financeiras e a Lei do BNA, com suporte do FMI, para que incluam um plano de recuperação eficaz, melhores medidas correctivas e um quadro de resolução de bancos frágeis antes da conclusão das avaliações da qualidade dos activos.

O BNA, em consulta com o corpo técnico do FMI, compromete-se em garantir que o maior banco angolano (Banco de Poupança e Crédito - BPC) terá a sua reestruturação concluída até Junho de 2020. O plano de reestruturação do BPC será actualizado, segundo relatório do FMI nº 18/370 de Dezembro de 2018 para Angola. O banco estará suficientemente capitalizado até Junho de 2020 e será viável depois de concluída a sua

reestruturação. O plano actualizado incluirá uma recapitalização adicional e mais transferências de crédito mal parado para a entidade pública de recuperação de activos (Recredit). O Governo limitará a actividade da Recredit à compra de créditos mal parados apenas do BPC.

O BNA e o FMI adoptarão um conjunto de medidas de forma a eliminar as deficiências no quadro prudencial que contribuem para as restrições na banca. O FMI identificou algumas deficiências que agravam o risco para os bancos comerciais, como a falta de restrições para empréstimos em moeda estrangeira sem receitas correspondentes e a possibilidade de pagar estes empréstimos em kwanzas, que contribuem para a falta de divisas e o aumento dos desfasamentos cambiais, que representam os riscos cambial e de crédito. A exclusão de provisões para perdas com empréstimos e exposições fora dos balanços patrimoniais é outro *handicap*, porque distorce o cálculo das posições em aberto, o que também se aplica à contabilização incorrecta de cartas de crédito, que permite concluir que os bancos estão mais expostos a perdas por depreciação do que se aparenta.

Tabela 4 - Rácios de supervisão do sistema financeiro

| Descrição dos rácios | Jun/18 | Jul/18 | Ago/18 | Set/18 | Out/18 | Nov/18 | Dez/18 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Qualidade dos Activos | | | | | | | |
| Crédito mal parado/ Crédito Total Bruto | 26,3 | 26,0 | 25,6 | 27,7 | 27,1 | 26,7 | 28,3 |
| Crédito mal parado não aprovisionado / Fundos Próprios regulamentares | 19,9 | 18,3 | 15,6 | 18,7 | 16,7 | 15,2 | 19,9 |
| Lucro e Rentabilidade | | | | | | | |
| Rentabilidade dos Activos | 3,1 | 3,5 | 3,9 | 4,4 | 4,6 | 4,4 | 4,4 |
| Rentabilidade do Capital | 19,0 | 20,9 | 22,6 | 24,5 | 25,3 | 24,8 | 26,6 |
| Cost-to-income | 27,6 | 27,9 | 27,0 | 26,3 | 27,3 | 28,8 | 30,3 |
| <i>Spread</i> Taxa de juro (Activa - Passiva) | 27,1 | 26,6 | 26,8 | 28,0 | 28,5 | 26,9 | 27,3 |
| Liquidez | | | | | | | |
| Activos Líquidos/ Passivo de curto prazo | 28,7 | 27,0 | 29,0 | 27,5 | 28,4 | 29,2 | 28,6 |
| Crédito Total/ Depósitos Totais | 47,5 | 47,0 | 47,5 | 47,1 | 46,7 | 45,4 | 44,2 |
| Passivo ME/ Passivo Total | 42,0 | 43,1 | 43,8 | 44,8 | 46,5 | 46,5 | 46,1 |

Fonte: BNA



12. Indicadores Sociais

- A pobreza infantil multidimensional afecta mais de 99% das crianças em Angola, segundo estudos do Instituto Nacional de Estatística e o UNICEF.
- O montante cabimentado ao sector social no OGE 2019 cresceu 18,7% face ao alocado no OGE de 2018, ao representar 20,6% do OGE.

A pobreza infantil multidimensional afecta 3 em cada 4 crianças no país. O estudo realizado pelo UNICEF identificou que apenas 1% das crianças entre os 0 a 17 anos de idade não sofrem de nenhuma privação no país. Sendo que 74,4% sofrem de três a sete privações, entre a falta de: a) nutrição, b) saúde, c) prevenção da malária, d) educação, f) exposição aos meios de comunicação social, g) habitação e h) água i) saneamento e j) protecção da criança. O estudo dá nota que a incidência e intensidade das privações é maior entre as crianças com idade até 5 anos. Destacando-se que perto de 60% da população angolana encontra-se na faixa etária dos 0 aos 19 anos.

O número de mortes por malária reduziu em 2018 47,3% face ao ano anterior. A malária manteve-se como a principal causa de morte por doença no país em 2018. Contudo, os dados divulgados pelo Ministério da Saúde dão nota de uma redução de 47,3% em 2018 face ao ano anterior, passando de 13.967 para 7.356 mortes, reflexo de uma maior sensibilização da população da importância do uso de repelentes e dos investimentos que o Governo e a sociedade têm empreendido para a erradicação da doença.

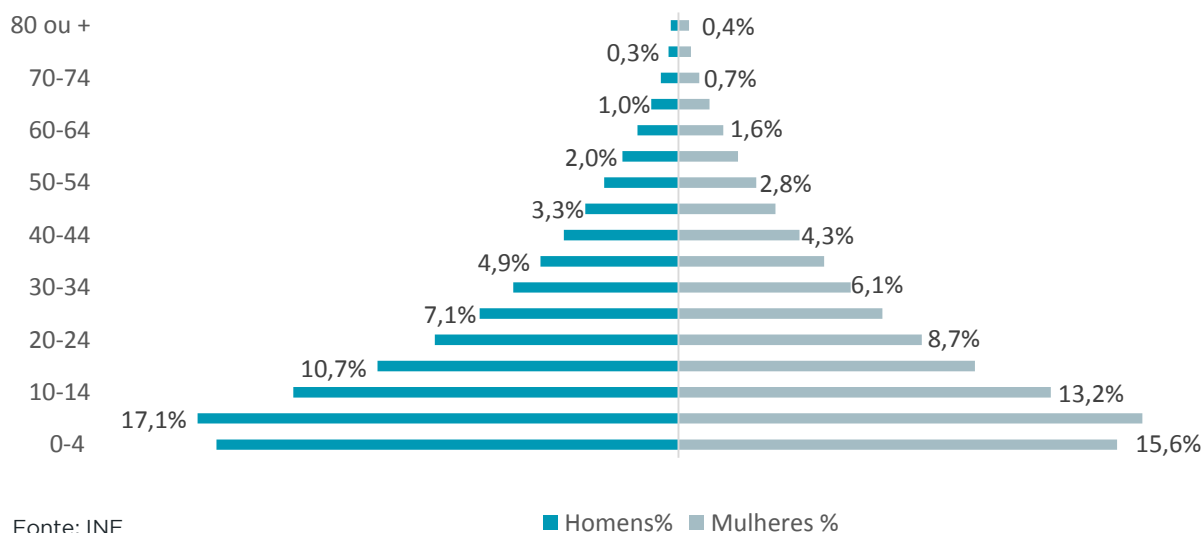
O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) aponta que os níveis de desemprego na juventude em Angola esteja em 38%. O AfDB afirma, no seu relatório sobre as perspectivas para África em 2019, que a incidência da pobreza em Angola diminuiu de 68% em 2000, para 37%, sendo que a pobreza

incide com maior preponderância em áreas rurais (58%) do que em áreas urbanas (19%). Por outro lado, a taxa de desemprego estima-se que esteja situada em 20%, em 2018, e permaneceu predominantemente elevada entre a juventude urbana (38%), conclui o relatório.

O montante cabimentado para o sector social no OGE 2019, cresceu 18,7% face ao alocado no OGE de 2018. O montante cabimentado atingiu os 2.339,9 mil milhões Kz, sendo que o sector da educação ficou com 662,44 mil milhões Kz (5,8% do OGE), o sector da saúde ficou com 749,58 mil milhões Kz (6,6% do OGE), o sector da Protecção Social ficou com 526,7 mil milhões Kz (4,6% do OGE). O aumento da rubrica está em linha com a meta do Governo de garantir que mais angolanos tenham acesso aos serviços básicos de saúde, educação e protecção social, de modos a se atingir os objetivos plasmados no Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022), apesar de se manter ainda significativamente abaixo do desejado.

O salário mínimo da função pública deverá situar-se em 33 mil Kz em 2019. O nível representa um aumento de 57% face a 2018, e reflecte a necessidade de se restabelecer o poder de compra dos salários da função pública, de modo a impulsionar os gastos das famílias, e contribuir para o crescimento da economia. Destaca-se que o salário mínimo nacional registou incremento de cerca de 30%, ao variar de 16.503 para 21.454 Kz.

Gráfico - 20 - População projectada por grupos etários, segundo o sexo, Angola 2019



13. Ambiente de Negócios

- A actividade petrolífera continua a posicionar-se como o principal sector da atracção de Investimento Directo Estrangeiro para o país.
- O Índice de percepção da corrupção melhorou duas posições, ao situar-se na posição 165, numa classificação de 180 países.

O montante de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) captado pelo país registou crescimento homólogo de 34% no IIIº trimestre 2018. A balança de captação de IDE aumentou para 1.904,2 milhões USD no IIIº trimestre de 2018. O fluxo líquido de IDE atingiu 3.841,9 milhões USD ao longo dos três primeiros trimestres de 2018, tendo reduzido 29% em termos homólogos. O desempenho reflecte o aumento na captação de IDE na ordem de 5.417,8 milhões (+13,5% face ao período homólogo) e uma redução da saída de IDE de 9,1%, ao situar-se em 9.259,7 milhões USD, reflexo de uma atenuação da mobilidade de capitais, em virtude da depreciação cambial apurada ao longo do período em referência, com impactos na recuperação da economia, impulso da competitividade dos capitais e na atenuação da deterioração das Reservas Internacionais Líquidas (RIL's) do país.

O sector petrolífero continua a concentrar o Investimento Directo Externo com cerca de 84% do total. O IDE alocado ao sector petrolífero atingiu em termos acumulados, nos primeiros três trimestres de 2018, 4.934,4 milhões USD, um aumento de 7,6% face ao mesmo período de 2017, reflexo da recuperação dos preços apurados nos mercados internacionais e na aposta do Governo na redinamização do sector. Destaca-se que o sector deteve 91% da quota da carteira de IDE para o país no período em referência, que representa uma redução de 5 p.p. face ao período homólogo, que poderá sugerir uma realocação do IDE no sector não petrolífero, com efeitos sobre o processo de diversificação da economia nacional.

A nova lei quadro sobre as privatizações deu entrada na Assembleia Nacional. O processo de privatizações de empresas e participações públicas em curso no país deverá ser materializado até 2021, segundo o calendário aprovado pelo Executivo. O processo deverá impulsionar eficiência, produtividade e competitividade no sector empresarial público, permitir um rápido crescimento do sector privado e reduzir o peso do Estado na economia. Com efeito, o Executivo remeteu à apreciação e aprovação da Assembleia, o pacote legislativo que deverá balizar as condições das privatizações. Entre as modalidades de privatizações previstas constam a oferta em bolsa, o concurso público e o concurso limitado por prévia qualificação. A criação de condições para a maior mobilidade dos capitais – repatriamentos dos dividendos –, de modos a mobilizar uma maior entrada de investimento externo, também será um dos destaques.

O Índice de Percepção de Corrupção do país registou melhorias de dois pontos em 2018. O país viu o índice de Percepção da Corrupção melhorar dois pontos em 2018 ao situar-se na posição 165 numa classificação de 180 países. O desempenho é reflexo do esforço empreendido pelo actual Governo na moralização da sociedade e no combate à corrupção e redução dos custos de contexto, no geral. A introdução de mecanismos de prevenção, combate à corrupção no sector públicos e a execução do plano estratégico de combate à corrupção são medidas que deverão impulsionar a melhoria do indicador e contribuir para o fortalecimento das instituições e da imagem do país.

Tabela 5 - Investimento Directo Estrangeiro

| Descrição | IIIº Trim. 2017 | | IIIº Trim. 2018 | |
|-------------------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | Entrada | Saída | Entrada | Saída |
| Investimento Directo no Estrangeiro | 0,0 | 120,20 | 0,0 | 0,90 |
| Sector Não Petrolífero | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,90 |
| Sector Petrolífero | 0,0 | 120,20 | 0,0 | 0,0 |
| Investimento Directo Estrangeiro | 1 419,30 | 3 195,80 | 1 904,20 | 3 058,80 |
| Sector Não Petrolífero | 51,90 | 37,20 | 300,10 | 72,80 |
| Sector Petrolífero | 1 367,50 | 3 158,60 | 1 604,10 | 2.986,0 |
| Total Geral | 1 419,20 | 3 316,00 | 1 904,20 | 3 059,70 |

Fonte: BNA



14. Outras Economias Africanas

- A taxa de crescimento da economia sul-africana recuperou da recessão técnica, ao registar crescimento homólogo de 2,6% no IIIº trimestre de 2018.
- A economia ruandesa deverá encerrar o ano de 2018 com uma taxa de 7,2%, uma aceleração de 1,1 p.p. face ao ano anterior, um desempenho acima da média da África subsaariana de 2,9% prevista pelo FMI.

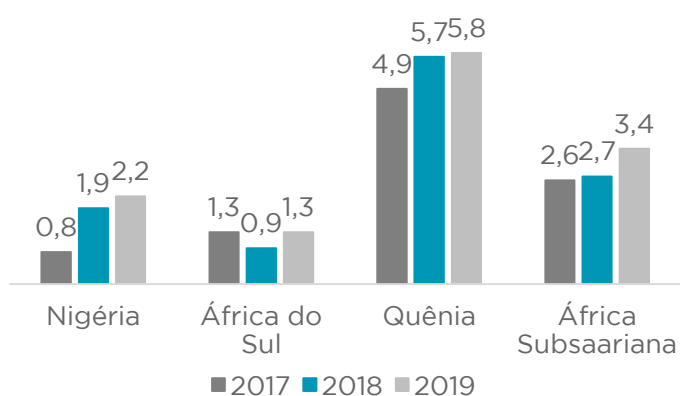
A economia da África subsaariana deverá encerrar o ano de 2018 com uma taxa de 2,7%. A economia da África Subsariana deverá crescer 2,7% um aumento marginal de 0,1 p.p., segundo dados do Banco Mundial. O crescimento lento nas principais economias (Nigéria e África do Sul) e a contracção da economia angolana, fundamentalmente, penalizaram as projecções para o crescimento continente. As tensões comerciais impactaram sobre as condições de financiamento e contribuíram para a apreciação do dólar, moeda de refúgio, que deverá condicionar a dinâmica de crescimento da economia, em virtude da exposição às variações dos preços das *commodities*, maioritariamente cotadas em dólar, e que têm a China como um dos principais consumidores. Contudo, para 2019, a expectativa é que a economia da região dê um salto de 0,7 p.p., para 3,4%.

A Nigéria registou um crescimento de 1,9% em 2018, segundo dados do Banco Mundial. A economia da Nigéria acelerou 1,1 p.p. face ao ano anterior, ao crescer a taxa de 1,9%. O desempenho económico foi influenciado pelos sectores dos serviços e indústria. A taxa de inflação apurada no final de 2018 situou-se em 11,4%, enquanto a taxa de juro de referência manteve-se em 14%.

O Quênia registou taxa de crescimento de 5,7% em 2018. A economia queniana terá crescido 5,7%, superior em 0,8 p.p. comparativamente ao nível verificado em 2017. O desempenho positivo reflecte as boas condições climáticas, menores incertezas políticas, maior confiança empresarial e forte consumo privado. A taxa de inflação manteve-se em 5,7% no trimestre. Consequentemente o Banco Central decidiu manter as taxas de juro de referência em 9%, a mesma taxa apurada no penúltimo trimestre do ano 2018.

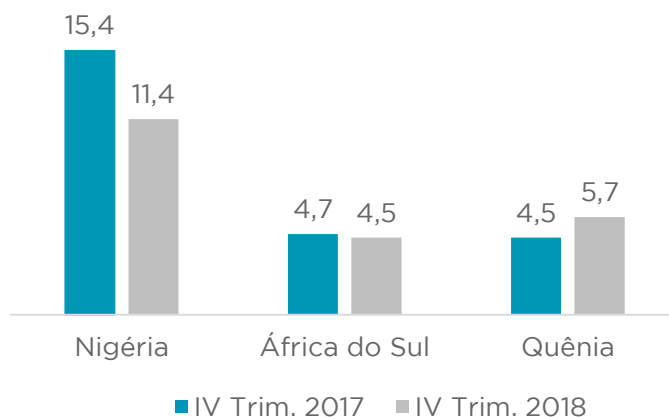
A economia sul-africana deverá fechar o ano de 2018 com uma taxa de crescimento de 0,9%. O desempenho representa uma desaceleração de 0,4 p.p. face ao ano anterior. A perspectiva do desempenho positivo da economia poderá reflectir as expectativas favoráveis sobre a evolução do sector agrícola, condicionado, sobretudo, pela estagnação na indústria e nos serviços. Sendo que, o Banco Central decidiu encerrar o ano com a taxa de referência em 6,75%, um incremento de 0,25 p.p. no trimestre, enquanto a taxa de inflação de 4,5% apurada no fecho do ano representa aumento de 0,6 p.p. no mesmo período. Contudo, a taxa de desemprego recuou 0,4 p.p. no último trimestre, ao situar-se em 27,1%.

Gráfico 21 - Crescimento económico (%)



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 22 - Taxa de Inflação (%)



Fonte: Bloomberg



15. Anexos

Anexo 1 - Plano de Desenvolvimento Nacional

| Indicadores | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Média 2018-2022 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|-----------------|
| PIB Nominal (mil milhões AOA) | 16.455 | 23.274 | 33.673 | 37.784 | 42.191 | 33.228 |
| Taxa de crescimento (%) | | | | | | |
| PIB | 2,3 | 3,5 | 2,4 | 2,6 | 4,1 | 3,0 |
| Sector petrolífero e Gás | 2,0 | 1,7 | -3,1 | -5,7 | -4,9 | -2,0 |
| Petróleo | 0,8 | 0,6 | -3,6 | -2,5 | -4,5 | -1,8 |
| Gás | 18,5 | 14,0 | 1,8 | -36,0 | -10,8 | -2,5 |
| Sector não petrolífero | 2,4 | 4,4 | 5,0 | 6,2 | 7,5 | 5,1 |
| Pressupostos Técnicos de Programação | | | | | | |
| Taxa de inflação (%) | 23,0 | 17,4 | 13,4 | 9,1 | 6,4 | 13,86 |
| Produção Petrolífera Anual (milhões barris) | 602,3 | 604,2 | 583,5 | 570,3 | 544,0 | 580,9 |
| Produção Petrolífera diária (milhões barris) | 1,650 | 1,655 | 1,599 | 1,563 | 1,490 | 1,591 |
| Preço médio do petróleo (ramas angolanas) (USD/barril) | 57,95 | 57,15 | 57,08 | 56,91 | 56,80 | 54,90 |
| Projeção do Orçamento do Estado 2018-2022 (% do PIB) | | | | | | |
| Receitas | 20,2 | 18,6 | 19,9 | 20,1 | 19,9 | 19,7 |
| Tributárias | 19,0 | 17,0 | 18,4 | 18,5 | 18,3 | 18,2 |
| Petrolíferas | 12,6 | 10,8 | 11,2 | 10,8 | 10,4 | 11,2 |
| Não Petrolíferas | 6,4 | 6,2 | 7,2 | 7,7 | 7,9 | 7,1 |
| Outras | 1,3 | 1,6 | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,5 |
| Despesas | 22,7 | 20,1 | 19,5 | 19,6 | 19,2 | 20,2 |
| Correntes | 18,7 | 15,9 | 15,1 | 14,8 | 14,0 | 15,7 |
| Capital | 4,0 | 4,2 | 4,4 | 4,8 | 5,2 | 4,5 |
| Saldo Global (compromisso) | -2,5 | -1,5 | 0,4 | 0,5 | 0,7 | -0,5 |

Fonte: PND 2018-2022

Anexo 2 - Taxa de Inflação Média de Luanda

| Classes | Peso | 2016 | 2017 | 2017 | 2017 | 2017 | 2018 | 2018 | 2018 | 2018 |
|--|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | | | | T2 | T3 | T4 | T1 | T2 | T3 | T4 |
| 01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas | 44,0 | 3,1 | 1,6 | 1,4 | 1,7 | 1,2 | 0,8 | 1,2 | 1,3 | 1,6 |
| 02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco | 2,7 | 3,6 | 2,6 | 2,2 | 3,0 | 2,1 | 0,6 | 1,3 | 1,4 | 2,0 |
| 03. Vestuário e Calçado | 6,5 | 2,7 | 3,1 | 3,2 | 3,4 | 2,6 | 1,7 | 1,5 | 1,9 | 1,8 |
| 04. Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis | 12,5 | 1,7 | 0,9 | 0,3 | 1,0 | 1,6 | 0,6 | 1,1 | 6,9 | 0,9 |
| 05. Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção | 6,0 | 2,9 | 2,7 | 3,2 | 3,2 | 2,1 | 1,6 | 1,1 | 1,4 | 1,4 |
| 06. Saúde | 3,4 | 4,9 | 3,0 | 3,8 | 2,9 | 2,9 | 1,9 | 1,3 | 1,5 | 1,5 |
| 07. Transportes | 7,9 | 2,3 | 1,0 | 0,3 | 0,8 | 1,8 | 1,1 | 0,8 | 0,7 | 0,6 |
| 08. Comunicações | 3,3 | 3,2 | 0,2 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| 09. Lazer, Recreação e Cultura | 2,2 | 2,8 | 2,5 | 1,8 | 3,1 | 2,5 | 1,7 | 1,6 | 1,2 | 1,3 |
| 10. Educação | 2,5 | 2,0 | 5,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 5,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 11. Hotéis, Cafés e Restaurantes | 3,0 | 2,7 | 2,0 | 1,8 | 1,4 | 2,3 | 1,4 | 1,2 | 1,5 | 1,7 |
| 12. Bens e Serviços Diversos | 6,0 | 4,3 | 3,2 | 3,4 | 3,0 | 2,5 | 3,0 | 1,4 | 1,3 | 1,7 |
| Índice Geral | 100,0 | 3,0 | 2,0 | 1,8 | 2,0 | 1,7 | 1,3 | 1,2 | 1,7 | 1,4 |

Fonte: INE

15. Anexos

Anexo 3 - Resumo da Nova Lei do Investimento Privado

| Assunto | Lei anterior (Nº14/15 de 11 de Agosto) | Nova Lei (Nº 10/18 de 26 de Junho) |
|---|--|--|
| Valor mínimo do investimento | Aplica-se a investimentos internos com montante mínimo de 50.000.000 AOA e a investimentos externos de qualquer montante. Qualquer investimento externo habilita o repatriamento de lucros/dividendos desde que efectuado no âmbito da Lei de Investimento Privado (LIP). | Sem referência ao valor mínimo de investimento tanto interno quanto externo. Qualquer investimento externo habilita o repatriamento de lucros/dividendos desde que efectuado no âmbito da Lei de Investimento Privado (LIP). |
| Montante mínimo de investimento externo para acesso a benefícios e incentivos | Investimento externo igual ou superior a USD 1.000.000 e investimentos internos iguais ou superiores a USD 500.000 poderão obter incentivos ou benefícios fiscais e aduaneiros determinados de acordo com uma tabela tendo em conta, designadamente, criação de postos de trabalhos para nacionais, valor do investimento ou localização do investimento. | Sem valor mínimo de investimento obrigatório. No entanto, os termos de regime de declaração prévia e dos contratos de investimento ainda terão de ser regulamentados após a aprovação desta nova lei, pelo que não é de excluir a possibilidade de virem a ser impostos limites mínimos de investimentos. |
| Parcerias locais | Obrigatoriedade de parceria com cidadãos angolanos, com empresas de capital público ou empresas angolanas, em que aqueles detenham pelo menos 35% do capital e uma participação efectiva na gestão nos seguintes sectores: i) electricidade e água; ii) hotelaria e turismo; iii) transporte e logística; iv) construção civil; v) telecomunicações e tecnologias de informação, vi) meios de comunicação social. | Não estabelece a obrigatoriedade de parcerias com cidadãos ou empresas angolanas, sem prejuízo de regulação específica para determinados sectores de actividade, como o petróleo e gás. |
| Repatriamento de lucros e dividendos (<i>sem alterações</i>) | Direito de repatriamento dos seguintes valores: i) dividendos; ii) produto da liquidação; iii) indemnizações; e iv) <i>royalties</i> e outros rendimentos associados a cedência de tecnologia. Repatriamento sujeito apenas à i) implementação do projecto, e ii) prova da execução, independentemente do montante do investimento. Sem ponderação de critérios objectivos ou limitações temporais. | |
| Benefícios fiscais e aduaneiros | a) Incentivos e benefícios fiscais e aduaneiros não são de concessão automática ou indiscriminada, e são limitados no tempo; b) Atribuição, tipo de benefícios, graduação e duração de benefícios fiscais sujeitos i) à realização de um investimento mínimo de USD 1.000.000; ii) ao cumprimento de requisitos obrigatórios previstos para o investidor e iii) ao preenchimento de diversos critérios objectivos previstos na Tabela dos Incentivos Fiscais anexa à lei. | a) A LIP estabelece que os benefícios fiscais e aduaneiros não são automáticos e são limitados no tempo; b) Contudo, é previsto que os benefícios são de concessão automática em ambos regimes, variando, no caso do regime especial em função da zona de desenvolvimento; c) Os benefícios fiscais são superiores no regime especial quando comparados com regime de declaração prévia. |

Fonte: Nova Lei do Investimento Privado - Miranda Alliance e Diário da República

Anexo 4 - Balança Comercial (Milhões USD)

| Descrição | IIº T 17 | IIIº T 17 | IVº T 17 | Iº T 18 | IIº T 18 | IIIº T 18 |
|----------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Exportações | 7.960,8 | 8.432,8 | 10.094,4 | 9.660,1 | 10.733,9 | 10.797,1 |
| Petróleo | 7.164,8 | 7.602,8 | 8.950,3 | 8.609,0 | 9.554,8 | 9.874,9 |
| Diamante | 336,9 | 228,0 | 328,6 | 235,4 | 294,8 | 242,9 |
| Gás Associado | 320,4 | 446,9 | 628,4 | 628,2 | 702,0 | 481,3 |
| Refinados | 102,6 | 118,8 | 128,9 | 129,5 | 139,9 | 149,1 |
| Café | 0,4 | 0,1 | 0,03 | 0,3 | 0,4 | 0,3 |
| Outras | 35,6 | 36,1 | 50,2 | 57,7 | 41,9 | 48,7 |
| Importações | 3.626,6 | 3.870,7 | 3.578,2 | 3.324,6 | 4.092,5 | 4.009,0 |
| Combustíveis | 429,0 | 538,2 | 495,1 | 483,0 | 668,4 | 575,1 |
| Alimentos | 775,8 | 827,2 | 808,8 | 682,1 | 837,1 | 934,6 |
| Outras | 2.421,8 | 2.505,3 | 2.274,3 | 2.159,5 | 2.587,0 | 2.499,3 |
| Conta de Bens | 4.334,2 | 4.562,1 | 6.516,2 | 6.335,6 | 6.641,4 | 6.788,1 |

Fonte: BNA



15. Anexos

Anexo 5 – Mercados Monetário e Cambial

| | 2016 | 2017 | 2018 | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | Dez | Dez | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Taxa de câmbio (média) | | | | | | | | | |
| AOA/USD | 165,9 | 165,9 | 248,3 | 257 | 276,7 | 296,4 | 309,3 | 310,4 | 308,6 |
| AOA/EUR | 185,4 | 185,4 | 288,9 | 301 | 322,1 | 343,6 | 350,2 | 352,5 | 353 |
| Taxa de juro crédito (181 d a 1 ano. %) | | | | | | | | | |
| Empresas | | | | | | | | | |
| Moeda nacional | 15,26 | 16,12 | 22,31 | 21,81 | 22,82 | 22,06 | 19,4 | 18,28 | 16 |
| Moeda estrangeira | 8,5 | 8,45 | n.d | n.d | n.d | n.d | 10 | 9,5 | n.d |
| Particulares | | | | | | | | | |
| Moeda nacional | 15,25 | 17,7 | 20,28 | 17,67 | 15,94 | 18,79 | 17,5 | 16,1 | 15,5 |
| Moeda estrangeira | 9 | 10,48 | n.d | n.d | n.d | n.d | 14 | 20 | 14 |
| Taxa de depósitos | | | | | | | | | |
| Moeda nacional | 3,9 | 4,28 | 8,2 | 9,77 | 9,26 | 5,55 | 7,99 | 8,35 | 8,23 |
| Moeda estrangeira | 3,1 | 2,51 | 2,37 | 2,21 | 2,14 | 2,43 | 2,43 | 1,96 | 2,26 |
| Agregados monetários | | | | | | | | | |
| M1 | 3.807,8 | 3.732,1 | 3.808,1 | 3.895,5 | 3.803,9 | 3.868,8 | 3.865,44 | 3.957,58 | 4.098,12 |
| M2 | 6.446,7 | 6.517,6 | 7.322,4 | 7.350,4 | 7.490,3 | 7.691,5 | 7.801,15 | 7.946,15 | 8.101,54 |
| M3 | 6.450,5 | 6.521,7 | 7.327,5 | 7.355,6 | 7.495,6 | 7.696,9 | 7.806,84 | 7.950,85 | 8.110,92 |
| Taxa básica (fim-de-período, %) | 16 | 18 | 18 | 16,5 | 16,5 | 16,5 | 16,5 | 16,5 | 16,5 |
| Taxa inflação (fim-de-período, y/y, %) | 41,95 | 26,26 | 20,16 | 19,51 | 18,98 | 19,22 | 17,35 | 17,77 | 18,21 |
| Reservas internacionais (milhões USD) | 21.399,3 | 13.343,4 | 13.260,0 | 14.002,0 | 12.560,0 | 11.943,0 | 11.672,51 | 11.902,06 | 10.631,79 |
| Produção de petróleo (mb/d) | 1,72 | 1,63 | 1,44 | 1,46 | 1,45 | 1,51 | 1,52 | 1,5 | 1,49 |

Fonte: BNA; OPEP; INE;

Anexo 6 – Indicadores Económicos de Países da África Subariana

| | POPULAÇÃO (Milhões) | PIB (%) | | PIB NOMINAL (Mil Milhões USD) | | PIB PER CAPITA (USD) | | DÍVIDA PÚBLICA (%PIB) | | BALANÇA CORRENTE (%PIB) | | INFLAÇÃO (%) | |
|------------------|---------------------|---------|------|-------------------------------|-------|----------------------|----------|-----------------------|-------|-------------------------|-------|--------------|-------|
| | | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 |
| ANGOLA | 28,2 | 0,7 | 2,2 | 124,2 | 119,4 | 4.407,7 | 4.114,5 | 62,3 | 73,0 | -4,5 | -2,2 | 26,26 | 24,59 |
| ÁFRICA DO SUL | 56,5 | 1,3 | 1,5 | 349,3 | 370,9 | 6.179,9 | 6.459,2 | 52,7 | 54,9 | -2,3 | -2,9 | 4,72 | 5,63 |
| CONGO REP. DEM. | 4,3 | -4,6 | 0,7 | 8,5 | 10,5 | 1.958,2 | 2.349,7 | 119,1 | 110,4 | -12,7 | 3,0 | 1,79 | 1,76 |
| CONGO | 86,7 | 3,4 | 3,8 | 41,4 | 42,6 | 478,2 | 477,8 | 15,7 | 14,5 | -0,5 | 0,3 | 55,00 | 29,50 |
| GANÁ | 28,3 | 8,4 | 6,3 | 47,0 | 51,6 | 1.663,2 | 1.779,9 | 65,3 | 63,0 | -4,5 | -4,1 | 11,82 | 8,00 |
| IILHAS MAURÍCIAS | 1,3 | 3,9 | 3,9 | 12,4 | 13,3 | 9.794,1 | 10.437,1 | 60,2 | 59,9 | -6,0 | -7,4 | 4,21 | 5,88 |
| MOÇAMBIQUE | 29,5 | 3,0 | 3,0 | 12,7 | 14,3 | 429,3 | 472,0 | 102,2 | 110,1 | -16,1 | -16,9 | 7,16 | 6,50 |
| NAMÍBIA | 2,3 | -1,2 | 1,2 | 12,7 | 13,3 | 5.413,1 | 5.627,1 | 43,6 | 50,2 | -1,4 | -3,6 | 5,17 | 5,75 |
| NIGÉRIA | 188,7 | 0,8 | 2,1 | 376,3 | 408,6 | 1.994,2 | 2.107,6 | 19,6 | 23,7 | 2,5 | 0,5 | 15,37 | 14,50 |
| TANZÂNIA | 50,0 | 6,0 | 6,4 | 51,7 | 56,7 | 1.033,6 | 1.110,1 | 38,2 | 39,3 | -3,8 | -5,4 | 3,97 | 5,00 |
| QUÉNIA | 46,7 | 4,8 | 5,5 | 79,5 | 88,3 | 1.701,6 | 1.837,7 | 50,4 | 53,7 | -6,4 | -6,2 | 4,50 | 5,06 |
| ZÂMBIA | 17,2 | 3,6 | 4,0 | 25,5 | 26,2 | 1.479,5 | 1.475,7 | 56,3 | 61,3 | -3,3 | -2,6 | 6,09 | 8,00 |
| ZIMBABWE | 14,9 | 3,0 | 2,4 | 17,5 | 19,4 | 1.175,7 | 1.270,7 | 78,4 | 75,2 | -2,6 | -2,7 | 3,50 | 7,90 |

Fonte: FMI



15. Anexos

Anexo 7 – Política Monetária

| Taxas de Juro | 2013 | 2015 | 2016 | 2017 | | | | 2018 | | | |
|--|-------|------|------|---------|----------|-----------|----------|---------|----------|-----------|----------|
| | | | | I Trim. | II Trim. | III Trim. | IV Trim. | I Trim. | II Trim. | III Trim. | IV Trim. |
| Principais Taxas de Juro de Referência | | | | | | | | | | | |
| Taxa Básica BNA | 9,75 | 11 | 16 | 16 | 16 | 16 | 18 | 18 | 18 | 16,5 | 16,5 |
| Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez O/N | 10,25 | 13 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 18 | 16,5 | 16,5 |
| Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez O/N | 0,75 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez 7 dias | - | - | - | 7,25 | 5,25 | 2,75 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras Taxas de Referência | | | | | | | | | | | |
| OMA 7 dias | - | - | - | - | - | - | - | 7,5 | 5 | 1,25 | 1,25 |
| OMA 14 dias | - | - | - | 9 | 9 | 9 | 9 | 9,75 | 9,75 | 9,75 | 4,00 |
| OMA 28 dias | 3 | 7,5 | 11 | 11 | 11 | 11 | 10,8 | 16,7 | 8,5 | 2 | 8,8 |
| OMA 63 dias | - | 10 | 13 | 13 | 13 | 13 | 13 | 18 | 10 | 10 | 13 |
| Redesconto | 15 | 15 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |
| Coefficiente das Reservas Obrigatórias | | | | | | | | | | | |
| <i>Em moeda nacional</i> | 15 | 25 | 30 | 30 | 30 | 30 | 21 | 21 | 19 | 17 | 17 |
| <i>Em moeda estrangeira</i> | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |

Fonte: BNA



Outras Publicações

NEWSLETTER
DAILY

NEWSLETTER
OIL & GAS

NEWSLETTER
PRIVATE

NEWSLETTER
WEEKLY

NEWSLETTER
CORPORATE

Reporte
**ANGOLA
30 DIAS**

Para ter acesso às Outras Publicações visite:

www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx



Contactos

FALE COM A NOSSA EQUIPA

Jânio Ambrósio
Coordenador de Research
janio.ambrosio@atlantico.ao

Analistas por ordem alfabética:

Anta Bandola
Research Analyst
anta.bandola@atlantico.ao

Joyce Domingos
Research Analyst
joyce.muturi.domingos@atlantico.ao

Wilson Chimoco
Research Analyst
Wilson.silas.chimoco@atlantico.ao

RESEARCH ATLANTICO

E-mail: research@atlantico.ao | Tel: 226 432 445 | 923 169 045

DISCLAIMER:

Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any asset herewith described or any other asset, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the assets mentioned above. This document should not be used to evaluate the assets herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. The recommendations are for internal use only and may be changed without prior notice. The opinions expressed are the sole responsibility of the authors, reflecting only their views and may not coincide with the position of ATLANTICO in the referred markets. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any asset mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.

